



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME  
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Ata da ordem dos dias 15 e 16 de julho de 2009.**

**BRASÍLIA – DF**

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**  
**CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**169ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

**Local:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

**Data:** 15 e 16 de julho de 2009

**Local:** MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos quinze e dezesseis dias do mês de julho de dois mil e nove teve início a Centésima Sexagésima  
2 Nona Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da  
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do  
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Valdete de Barros Martins.  
5 Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros Titulares e  
6 Suplentes do CNAS: Conselheira Valdete Barros Martins, Ministério do Desenvolvimento Social e  
7 Combate à Fome – MDS; Vice-Presidente e Conselheiro Pe. Nivaldo Luiz Pessinatti - Confederação  
8 Nacional de Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro Renato Francisco dos Santos Paula, Ministério  
9 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro José Geraldo França Diniz -  
10 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP; Conselheira Fátima Aparecida Rampin,  
11 Ministério da Previdência Social; Conselheiro José Ferreira da Cruz - Ministério do  
12 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Edna Aparecida Alegro - MF;  
13 Conselheira Heloisa Helena Mesquita Maciel – Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de  
14 Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Charles Roberto Pranke - CONGEMAS; Conselheiro  
15 Sérgio Wanderly Silva – CONGEMAS; Conselheira Tânia Mara Garib, Fórum Nacional dos  
16 Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS; Conselheiro Antônio Celso Pasquini -  
17 União Social Camiliana; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da Igreja Metodista;  
18 Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite - Federação Espírita Brasileira; Conselheiro Carlos Eduardo  
19 Ferrari - Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE; Conselheira Marisa  
20 Fúria Silva - Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheiro João Carlos Carreira Alves –  
21 Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha  
22 Pinto – Federação Nacional das APAES – FENAPAE; Conselheiro Samuel Rodrigues - Movimento  
23 Nacional de População de Rua; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera, Federação Nacional dos  
24 Assistentes Sociais – FENAS; Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Federação  
25 Nacional dos Trabalhadores das Instituições Benéficas Religiosas e Filantrópicas –  
26 FENATIBREF; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite - Federação Nacional dos Psicólogos –  
27 FENAPSI; e, Conselheiro Josenir Teixeira, - OAB. **ABERTURA.** Dando início aos trabalhos do  
28 dia, a Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum: Conselheiro Frederico, Conselheira  
29 Heloísa, Conselheira Dolores, Conselheiro José Cruz, Conselheiro Pessinatti, Conselheiros  
30 Suplentes presentes: Marisa, Clodoaldo, Sérgio Wanderly, Josenir, Samuel e Pasquini. O senhor  
31 Presidente em exercício passou ao primeiro Item, **Aprovação da Ata da Reunião da Ata da**  
32 **Centésima Sexagésima Oitava Reunião Ordinária, Em não havendo nenhuma observação, a Ata**  
33 **da Centésima Sexagésima Oitava Reunião Ordinária foi aprovada pelo Pleno.** Prosseguindo, passou  
34 à leitura da Pauta: **Dia 15.07.2009 - Manhã: 9h às 9h15min:** Aprovação da Ata da 168ª Reunião  
35 Ordinária do CNAS e da Pauta; **9h15min às 9h45min:** Informes da Presidência, Secretaria  
36 Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **9h45min às 10h45min:** Reunião da Presidência  
37 Ampliada; **10h45min às 12h:** Câmaras de Julgamento **Tarde: 14h às 17h30min:** Tipificação de

38 serviços socioassistencias; **17h30min às 18h:** Recondução/Eleição e Posse da Presidência e Vice-  
39 Presidência do CNAS. **Dia 16.07.2009 – Manhã: 09h às 12h:** Mesa de debates: Impacto da Crise  
40 Mundial (local: Procuradoria Geral da República – PGR, SAF/Sul, Quadra 04, lote 03, Bloco “B”,  
41 5º andar, sala 511 - Auditório) – Brasília/DF. Ministro Patrus Ananias – Ministério do  
42 Desenvolvimento e Combate à Fome. – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Prof.  
43 Josué Souto Maior Mussalem – Universidade Federal de Pernambuco. **Tarde: 14h às 14h30min:**  
44 Relato da Comissão de Financiamento; **14h30min às 16h:** Relato da Comissão Organizadora da  
45 VII Conferência; **16h às 17h30min:** Apresentação e discussão de procedimentos de recebimento e  
46 tratamento de denúncias no âmbito do CNAS; **17h30min às 18h:** Relato/Informe do Grupo de  
47 Trabalho criado pela Resolução nº 44/2009 - procedimentos relativos aos pedidos de concessão e  
48 renovação do CEBAS. **INVERSÃO DE PAUTA:** O senhor Presidente em exercício sugeriu que o  
49 Relato da Presidência Ampliada fosse transferido para o período da tarde, informando, também, que  
50 a Mesa de Debates sobre “Os impactos da crise mundial” seria realizado na Procuradoria Geral da  
51 República, com a participação do Ministro Patruz Ananias e do professor Josué Santos, da  
52 Universidade Federal de Pernambuco. O senhor Presidente em exercício indagou aos Conselheiros  
53 presentes se havia algum questionamento sobre a Pauta, sendo considerada aprovada. Prosseguindo,  
54 passou ao Item Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. A Secretária-Executiva passou a  
55 relatar: “*Ausências justificadas: Conselheiro Edivaldo, no dia 02 de julho, na reunião da Comissão*  
56 *Organizadora, por motivo de viagem para a cidade de Porto Velho, representando o CNAS na*  
57 *reunião descentralizada. O Conselheiro Charles, também no dia dois, na reunião da Comissão*  
58 *Organizadora, por motivo de viagem a trabalho no Rio Grande do Sul. Conselheiro Geraldo, no*  
59 *dia 06 de julho, na reunião do GT Composição, em razão de compromissos pré-agendados. A*  
60 *Conselheira Tânia, no dia 06 de julho na reunião do GT Composição, em razão de*  
61 *acompanhamento das Conferências Municipais do Estado do Mato Grosso do Sul. Conselheiro*  
62 *Mizael, nos dias 14, 15 e 16 de julho, na Reunião Ordinária, e na Comissão de Normas, em virtude*  
63 *da participação dele na reunião da Confederação Paraolímpica, nos Estados Unidos. A*  
64 *conselheira Rosa, nos dias 14, 15, e 16, por motivos profissionais. O Conselheiro Edval, nos dias*  
65 *13, 14, 15 e 16, em razão de férias. A Conselheira Renata, nos dias 13, 14, 15 e 16, em razão de*  
66 *férias. A Conselheira Heloísa, no dia 16, em virtude de compromisso profissional. A Conselheira*  
67 *Helena, nos dias 14, 15 e 16, em razão de férias. A Conselheira Rosa, nos dias 14, 15 e 16, por*  
68 *motivo de viagem a trabalho. A Conselheira Tânia Garib, no dia de hoje, à tarde, que ela vai estar*  
69 *impossibilitada de participar. O Conselheiro Renato Saidel, no período da tarde do dia 16, em*  
70 *razão de compromisso particular. No dia 22 de julho, na Reunião do GT CEBAS, que também está*  
71 *pré-agendado, em razão de compromissos pessoais. O Conselheiro Edivaldo no dia 16, na reunião*  
72 *da Comissão Organizadora, por motivo de viagem na cidade de Rio Branco, representando o*  
73 *CNAS na Conferência Municipal. O Conselheiro Mauro Nascimento, nos dias 14, 15 e 16, na*  
74 *reunião ordinária, em razão de viagem à serviço. E aí eu vou fazer a leitura de alguns destaques e*  
75 *de e-mails enviados a Conselheiros. O Mauro é representante suplente do Planejamento. Nós*  
76 *encaminhamos os pareceres técnicos dos processos de registro que serão objeto de julgamento nas*  
77 *Câmaras. Encaminhamos o edital do 9º Congresso Nacional da Federação Nacional dos*  
78 *Psicólogos, que foi encaminhado pelo Conselheiro Frederico. Encaminhamos as Resoluções que*  
79 *foram aprovadas, e algumas delas eu faço destaque: a Resolução Conjunta CNAS/ CONANDA nº*  
80 *1, que aprova o documento “Orientações Técnicas, Serviços de Acolhimento para Crianças e*  
81 *Adolescentes”.* Esta Resolução e o documento já estão no site. Também a alteração da Resolução  
82 078, e encaminhamos para os senhores um memorando do Gabinete da SNAS, que encaminha a  
83 portaria 208/2009. A Portaria 223, que designou a Conselheira Márcia Pinheiro para compor o  
84 Conselho Nacional em substituição à Ex-Conselheira Verônica Gomes. Também a portaria 204,

85 *que designa a Secretária Executiva Adjunta, Rosilene Cristina Rocha, para responder*  
86 *cumulativamente pela Secretaria Nacional. Ofício do Gabinete do Eduardo Barbosa, desculpem-*  
87 *me, estou com problemas na garganta! Ofício do gabinete do Deputado Eduardo Barbosa, com*  
88 *informações sobre o PL 3021, e aqui tem uma cópia anexa, e encaminhamos por e-mail, e depois*  
89 *fazemos uma leitura desta correspondência. Para os demais, e para constar em ata, a participação*  
90 *do CNAS nos eventos, a Secretaria de Estado de Trabalho e Habitação e Assistência Social do Rio*  
91 *Grande do Norte enviou Convite para o encontro estadual de prefeitos, gestores, conselheiros e*  
92 *trabalhadores da Assistência Social, no dia 26 de junho, em Natal. E o CNAS foi representado pela*  
93 *Conselheira Edna. O Conselho Estadual de Assistência Social de Porto Velho enviou convite para*  
94 *a capacitação de Conselheiros de Assistência Social realizado do dia 1º a 3º de Julho, e o CNAS foi*  
95 *representado pelo Conselheiro Edvaldo. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente*  
96 *enviou Convite à Secretaria Executiva deste Conselho para participarem de uma capacitação sobre*  
97 *Secretaria Executiva, estrutura e funcionamento no dia 02 de julho, e eu estive presente. A*  
98 *Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária de Sidrolândia, Mato Grosso do*  
99 *Sul, enviou convite para a participação na abertura na 5ª Conferência Municipal, realizada no dia*  
100 *60 de julho, e a presidente Valdete participou na qualidade de palestrante sobre o tema:*  
101 *protagonismo do usuário e seu lugar político no SUAS, uma construção inadiável. O Fórum*  
102 *Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social – FONCEAS, enviou convite para a*  
103 *reunião ampliada realizada dia 08 e 09 de julho em Goiânia. O CNAS foi representado pela*  
104 *Conselheira Edna. A Secretaria Nacional enviou convite para a participação da reunião técnica,*  
105 *para apresentação da metodologia do levantamento nacional de crianças e adolescentes em serviço*  
106 *de acolhimento, realizado em 10 de julho, e a Conselheira Edna representou o CNAS. E aqui as*  
107 *participações dos Conselheiros nas Conferências Municipais. Cuiabá, com o Conselheiro*  
108 *Edivaldo. Aquelas já realizadas, ou que estão se realizando esta semana. Natal, o Conselheiro José*  
109 *Crus. Rio de Janeiro, com a Conselheira Margareth, e no Rio Branco o Conselheiro Edivaldo, e*  
110 *Belo Horizonte com o Conselheiro Samuel. Estas duas últimas estão acontecendo nestes dias. O*  
111 *site, o que a gente já atualizou, e aqui destacando, como eu já disse, o documento das orientações*  
112 *do serviço de acolhimento. Também o decálogo e as metas estratégicas do plano nacional,*  
113 *Decenal, o que também era uma atribuição da Secretaria Executiva, a partir do Planejamento*  
114 *Estratégico, e o relatório das reuniões descentralizadas e ampliadas dos estados, que foi lido na*  
115 *reunião passada. Audiências realizadas e os encaminhamentos durante as audiências, e alguns*  
116 *comunicados. Encontram-se disponíveis no acervo do CNAS, na Coordenação de Política, as*  
117 *publicações doadas pelo Instituto Pólis, e tem uma relação anexa de todos os exemplares da revista*  
118 *Democracia Viva, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais, Econômicas e de Base, com o tema*  
119 *“Palestina, até quando vamos permitir isto?”. O MDS, por meio da Assessoria de Comunicação,*  
120 *ASCOM, enviou aos Conselheiros o Convite para o Simpósio Internacional sobre o*  
121 *Desenvolvimento Social, Políticas Sociais para o Desenvolvimento e Superar a Pobreza e*  
122 *Promover a Inclusão. Este evento vai acontecer dos dias 05 a 07 de agosto de 2009. A presidente*  
123 *do Conselho Municipal de Assistência Social de Paraíso - TO, enviou e-mail à Coordenação de*  
124 *Conselhos acusando o recebimento das cartilhas 1 e 2 e agradecendo o envio daquele material. O*  
125 *Conselho Federal de Serviço Social enviou ofício à presidência do Conselho acusando o*  
126 *recebimento o ofício circular, e comunicando que foi solicitada aos Conselhos Regionais de*  
127 *Serviço Sociais a coleta de assinaturas de apoio ao PL SUAS. A Conselheira Margareth Alves*  
128 *também enviou aos Conselheiros e-mail da FENAS, também divulgando o ato público de*  
129 *mobilização em defesa do PL SUAS. O CNAS, no dia 13/07 encaminhou e-mail aos Conselhos de*  
130 *Assistência Social informando da realização do debate que vai acontecer amanhã, sobre os*  
131 *impactos da crise mundial. Também encaminhamos este comunicado, este evento, para os*

132 *conselhos de defesa, os conselhos nacionais de defesas e de políticas públicas. Aniversariantes do*  
133 *mês: Conselheira Helena, dia 4 passado, e Conselheiro Edivaldo, no dia anterior”.* O senhor  
134 Presidente em exercício procedeu à leitura do ofício encaminhado pelo Deputado Eduardo Barbosa  
135 ao Presidente: “*Sra. Presidente, comunico a este Conselho que as negociações a respeito do projeto*  
136 *lei 3021/2008, que tramita na Câmara dos Deputados, e cuja relatoria na Comissão de Seguridade*  
137 *Social e Família, e está sobre a nossa responsabilidade, avançada consideravelmente. No que*  
138 *tange à área da Assistência Social a nossa luta foi no sentido de contribuir para a política de*  
139 *Assistência Social pública e gratuita, conforme dispõe a LOAS, com financiamento público e*  
140 *parceria da sociedade. Entendo que o texto não contempla ainda os anseios das entidades de*  
141 *Assistência Social, que compõe a rede sócio- assistencial. No entanto, além de representar o limite*  
142 *da flexibilização do governo, que a princípio exigia das entidades a oferta do serviço sem a*  
143 *contrapartida do estado, representa, sobretudo nosso entendimento de que era necessário chegar a*  
144 *um denominador comum para levar o PL para votação no plenário sem disputas acirradas, para*  
145 *oferecer com agilidade possível uma legislação que promova a retomada da sindicância das*  
146 *entidades, encerrando este período de estagnação nesta área. Ressalto que fizemos a defesa firme*  
147 *da participação da sociedade nesta construção, através de entidades sérias e legitimamente*  
148 *constituídas, para assegurar a gratuidade dos serviços ao usuário e o financiamento público. A*  
149 *questão do orçamento da assistência social exige permanente atenção, pois os momentos de crise,*  
150 *como o atual, sem o orçamento público fica complicado proteger os cidadãos das vulnerabilidades*  
151 *sociais que se agravam, e conseqüentemente, limita o acesso de quem precisar da política pública*  
152 *da Assistência Social. A seguir o texto negociado para o artigo 19 do PL, atualmente renumerado*  
153 *como artigo 18, que trata da Assistência Social no corpo da proposição. Artigo 18. A Certificação*  
154 *ou sua renovação será concedida à entidade de Assistência Social que presta serviços gratuitos aos*  
155 *usuários, continuados e planejados, a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação,*  
156 *observada a lei 8742, de 07 de dezembro de 1993. Primeiro Parágrafo. As entidades de assistência*  
157 *social a que se refere o Caput, são aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e*  
158 *assessoramento aos beneficiários, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.*  
159 *Parágrafo Segundo. As entidades que prestam serviços com objetivos de habilitação e reabilitação*  
160 *de pessoa com deficiência, e a promoção da sua integração comunitária, e aquelas abrangidas pelo*  
161 *disposto no artigo 35 da Lei 10.741 de primeiro de outubro de 2003, poderão ser certificadas desde*  
162 *que comprovem a oferta de, no mínimo, 60% da sua capacidade de atendimento ao sistema público*  
163 *de assistência social. Artigo 3. A capacidade de atendimento de que trata o Parágrafo Segundo*  
164 *será definida anualmente pela entidade e aprovada pelo órgão gestor da assistência municipal, ou*  
165 *distrital, e comunicada ao Conselho Municipal de Assistência Social. 4º. As entidades certificadas*  
166 *como beneficentes de Assistência Social terão prioridade na celebração de convênios, contratos,*  
167 *acordos ou ajustes com o poder público para a execução dos programas, projetos e ações de*  
168 *assistência social. Sexto item da carta: solicito dar ciência desta conjuntura a todo o Colegiado, e*  
169 *certo da sua condução, subscrevo, Deputado Eduardo Barbosa.”* A senhora Presidente  
170 prosseguindo com os Informes, informou a doação de material pelo Instituto Pólis, e o recebimento  
171 de ofício circular da Presidência da República sobre a realização de curso, com a Secretária-  
172 Executiva esclarecendo ser relativo à formação da tradição de direitos e encaminhado por e-mail  
173 aos Conselheiros, a realizar-se no período de 27 de julho a 09 de setembro, com o prazo inscrição  
174 eletrônica encerrando no dia 24 de julho. A senhora Presidente passou para os Informes do MDS,  
175 CIT e Conselheiros, passando a palavra para a Secretária Substituta da SNAS, Sra. Rosilene, que  
176 discorreu sobre sua permanência à frente da Secretaria, com vários assuntos a serem consolidados e  
177 elogiando o trabalho da Secretária Ana Ligia. Destacou a importância da conjuntura atual e do tema  
178 das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional, compartilhando o direcionamento do CNAS

179 relativo ao tema e às deliberações da Conferência Nacional e as outras tantas que esse Conselho  
180 vinha dando para a Política de Assistência Social. Informou as alterações na SNAS, com algumas  
181 sendo feitas também no Conselho Nacional, com a indicação da senhora Márcia Pinheiro como  
182 Conselheira Nacional Titular, representando o MDS. Concluindo, a Secretária-Substituta da SNAS  
183 discorreu sobre a importância do CNAS e o trabalho a ser realizado em prol da Assistência Social,  
184 colocando-se à disposição de todos. A senhora Presidente reconheceu o trabalho realizado pela  
185 Secretária Ana Lígia, fundamental para o aprimoramento do SUAS no Brasil. Na sequência, os  
186 Conselheiros Tânia, Charles, Geraldo, Maria Dolores e Ferrari, cumprimentaram a Secretária  
187 Rosilene e manifestaram o conhecimento pela sua luta pela consolidação do SUA, tendo certeza que  
188 esse trabalho continuaria, cumprimentando, também, a ex-Secretária Ana Lígia, pelo excelente  
189 trabalho realizado. A senhora Presidente passou ao **Encaminhamento: Carta de reconhecimento**  
190 **aos trabalhos da Secretária Ana Lígia.** A Secretária Rosilene agradeceu as palavras dos  
191 Conselheiros e registrou que no dia 15 de julho de 2005 havia sido aprovada a NOB-SUAS, sendo  
192 o início do processo de adesão dos municípios ao Sistema Único, saindo alguns artigos no material  
193 do MDS e registrando, também, que esse fato não teria acontecido sem o Conselho Nacional de  
194 Assistência Social. Prosseguindo, a senhora Presidente passou aos Informes dos Conselheiros, com  
195 a Conselheira Edna informando ter representado o CNAS na Reunião Ampliada do FONACEAS,  
196 com eleição da nova mesa diretora, registrando que o Fórum havia saído fortalecido desse  
197 procedimento. Orosseguid, relatou o que havia observado no evento bem como a realização de  
198 uma palestra sobre o Plano Estratégico do CNAS e a integração com os Conselhos Estaduais. O  
199 Conselheiro Renato Saidel informou a participação, nos dias 30/06 e 01/07, na Conferência  
200 Nacional em Guarulhos, com uma grande mobilização, com várias pré-conferências. Informou a sua  
201 participação na Mesa de Abertura no dia 30/06, e no dia 01/07, explanou sobre a posição do CNAS  
202 com relação ao PL SUAS, acontecendo um momento de debate e de colhimento de assinaturas de  
203 apoio ao Projeto. A Conselheira Margareth informou que no dia 24 havia sido aprovada na Mesa  
204 Diretora a realização de um ato público na Cinelândia, Rio de Janeiro, com a colheita de assinaturas  
205 durante o dia e à noite teria carro de som e divulgação da carta, sendo importante a participação de  
206 outras entidades nessa solicitação de apoio porque o sucesso do ato público era o sucesso do PL  
207 SUAS. O Conselheiro Sérgio informou que através do Colegiado Nacional dos Gestores do Mato  
208 Grosso do Sul essa luta havia sido encampada, com a coleta de assinaturas sendo efetivada durante  
209 as Conferências Municipais. A senhora Presidente destacou ser importante registrar que essa  
210 deliberação, aprovada na última Plenária, era fundamental para agilizar a mobilização com relação  
211 ao PL, sendo solicitado ao FONSEAS, CONGEMAS e FONACEAS para se juntarem a esse  
212 movimento. Informou que a meta era de chegar na Conferência com o PL CEBAS e o outro PL  
213 aprovados, aproveitando esse momento de mobilização nacional com tais eventos para incluir  
214 pautas fundamentais para a Assistência Social. Manifestou que se vivia um intenso movimento para  
215 aprovar e implementar o SUAS no país, com esse procedimento não podendo prescindir de que  
216 novas regulamentações fossem aprovadas para se concretizar o objeto desse movimento no Brasil,  
217 encontrando importante cumprimentar os Conselheiros pela iniciativa com relação à coleta de  
218 assinaturas. O Conselheiro Renato Saidel propôs a elaboração de uma carta lembrando o aniversário  
219 da NOB-SUAS para conscientizar a população brasileira da necessidade de aprovação do PL SUAS  
220 para a consolidação da política pública de Assistência Social no país. A senhora Presidente sugeriu  
221 sua colocação no site, aproveitando, também, a mobilização para o PL 3077. Continuando, registrou  
222 a presença do Dr. Willian, da CONJUR, passando ao próximo item da Pauta, Câmaras de  
223 Julgamento. A Conselheira Edna, com relação ao GT da Resolução nº 44 de 2009, informou que o  
224 cronograma de contatos com outros órgãos havia sido alterado em função de calendário desses  
225 organismos para poder se reunir com o Grupo: dia 22, Receita Federal do Brasil e Ministério

226 Público, esclarecendo que a primeira havia sido com o TCU e a CGU, solicitando a participação de  
227 todos nas demais reuniões, inclusive o Ministério da Justiça, que já havia participado na semana  
228 passada. A Conselheira Edna observou que no relato da Reunião Ampliada haveria algumas  
229 propostas para dar andamento a esses procedimentos e que o GT havia feito na reunião da  
230 Presidência Ampliada. Na sequência, a Secretária-Executiva informou o local para as Câmaras de  
231 Julgamento de processos de registro: Câmara nº 1, Conselheiros Ferrari, Heloísa, José Crus,  
232 Margareth Alves, Pessinatti e Renato de Paula, na sala da Sra. Liliane; Câmara nº 2, Conselheiros  
233 Edna, Geraldo, Charles, José Geraldo, João Carlos, na titularidade, com a ausência justificada do  
234 Conselheiro Mizael, com os processos das Conselheiras Renata e Rosa, na sua ausência, tendo que  
235 ser redistribuído os quatro processos, com um tendo sido retirado uma vez, na sala de reuniões;  
236 Câmara nº 3, Conselheiros Frederico, Dolores, Renato Coelho, Fátima na titularidade, Valdete e  
237 Márcia Pinheiro, na sala da Sra. Dorinha. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou os  
238 trabalhos para o almoço. Dando prosseguimento à reunião, a senhora Presidente informou ter sido  
239 transferido o ponto de pauta sobre a Tipificação de Serviços, para a próxima reunião, destacando o  
240 ponto de pauta sobre a recondução e eleição da Mesa Diretora do Conselho Nacional de Assistência  
241 Social, considerando o término do mandato atual. Prosseguindo, solicitou à Secretária-Executiva  
242 que fizesse a leitura para haver quorum para a eleição: Conselheiros Titulares ou na titularidade:  
243 Conselheiro Carlos Eduardo, Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth Alves, Conselheira  
244 Fátima, Conselheiro Geraldo, Conselheira Edna, Conselheira Valdete, Conselheiro João Carlos,  
245 Conselheiro Charles, Conselheiro Frederico, Conselheira Heloísa, Conselheira Maria Dolores,  
246 Conselheiro Renato, Conselheiro José Crus, Conselheira Márcia Pinheiro, Conselheiro Pessinatti e  
247 Conselheiro José Geraldo, sendo 17 Conselheiros Titulares ou na titularidade. Conselheiros  
248 Suplentes presentes: Conselheiro Pasquini, Conselheiro Sérgio, Conselheiro Josenir, Conselheiro  
249 Clodoaldo, Conselheiro Samuel e Conselheira Marisa. A senhora Presidente passou ao item de  
250 pauta sobre a eleição da mesa diretora, informando não concorrer à presidência, e após tratativas  
251 com o Ministro e equipe, havia sido designada candidata do Governo à Presidência do Conselho a  
252 Conselheira Márcia Pinheiro. Explanou sobre a competência e comprometimento da Conselheira  
253 Márcia com a Assistência Social, sendo acordado com a Sociedade Civil que em mais um ano de  
254 gestão, o Governo permaneceria na presidência e esse segmento na Vice-Presidência, com a  
255 realização de um debate para se chegar a esse consenso. A senhora Presidente passou a palavra para  
256 o Conselheiro Pessinatti para indicar o nome apresentado pela Sociedade Civil, solicitando aos  
257 candidatos que fizessem algumas considerações antes de se proceder ao processo eleitoral. O  
258 Conselheiro Pessinatti agradeceu o tempo em que permaneceu no exercício da Vice-Presidência,  
259 discorrendo sobre o cenário que haviam encontrado, com a Sociedade Civil indicando a CNBB para  
260 essa representação, sendo pactuado e posteriormente regulamentado que haveria um rodízio dos três  
261 segmentos da Sociedade Civil na Mesa Diretora. Relatou que após um processo de diálogo e  
262 construção sobre a indicação a ser feita, houve consenso pela Sociedade Civil sobre o nome da  
263 Conselheira Margareth Alves como candidata. A senhora Presidente, feitas as indicações de ambos  
264 os nomes para Presidência e Vice-Presidência, passou à Conselheira Márcia para proceder às suas  
265 considerações, e posteriormente à Conselheira Margareth. A Conselheira Márcia agradeceu a  
266 indicação, representando esse governo com muito orgulho. Destacou que voltava como uma  
267 lutadora dessa política e com a crença de que com essa Conferência Nacional e seu tema, se  
268 mostraria ao Brasil a importância do Controle Social na política de Assistência Social, para se  
269 empoderar o verdadeiro significado dessa política. Prosseguindo, informou ter alguns problemas de  
270 agenda que logo se resolveriam, não sendo possível sua presença na parte da tarde do dia seguinte,  
271 pedindo a compreensão de todos. A Conselheira Margareth saudou a nova candidata a Presidente e  
272 aproveitou para se despedir da atual, discorrendo sobre o trabalho que a senhora Presidente Valdete

273 havia realizado no CNAS, em um momento tão delicado, com muita seriedade, competência e  
274 compromisso. Comunicou ao Colegiado, em nome da Sociedade Civil, que buscava trabalhar com  
275 união e humildade em prol da consolidação da política nacional da Assistência Social. Destacou que  
276 seria o porta-voz da Sociedade Civil, tendo um compromisso com esse segmento, indo além do  
277 Colegiado do CNAS, estando no Conselho com representatividade e não com representação.  
278 Concluindo, manifestou que estariam trabalhando, garantindo uma política de acesso e de direito  
279 enquanto política pública, política de estado e não de governo, sendo com esse compromisso que a  
280 Sociedade Civil, junto a todas as entidades que compunham o CNAS, estava sendo conduzida à  
281 Vice-Presidência. Agradecendo as palavras, a senhora Presidente procedeu à eleição de acordo com  
282 o Regimento, sendo necessário para a eleição da Mesa Diretora dois terços favoráveis dos votos dos  
283 Conselheiros, com a chapa tendo como Presidente, Márcia Pinheiro e Vice-Presidente, Margareth  
284 Alves para a gestão de 2009 e 2010. A Secretária-Executiva observou serem 17 Conselheiros em  
285 condições de votar, procedendo à chamada: Conselheiro José Geraldo? “Meu voto é a favor da  
286 chapa apresentada.” Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari? “Eu me abstenho, e qualifico meu voto.  
287 Desejo às boas vindas à nova Presidente, e me abstenho em respeito a tudo o que acredito, em  
288 respeito à minha história, e principalmente em respeito à democracia participativa e aos valores  
289 republicanos.” Conselheira Márcia Pinheiro? “Eu aprovo a chapa apresentada.” Conselheira  
290 Fátima? “Eu sou favorável à chapa apresentada.” Conselheira Heloísa? “Eu aprovo a chapa  
291 apresentada.” Conselheira Dolores? “Eu aprovo a chapa apresentada, e cumprimento ao  
292 Conselheiro Carlos Ferrari pelo seu posicionamento.” Conselheiro Frederico? “Sou favorável ao  
293 nome da Márcia Pinheiro, e à companheira Margareth Dallaruvera como representantes no final  
294 deste biênio.” Conselheira Margareth? “Eu aprovo a chapa apresentada.” Conselheira Edna? “Eu  
295 aprovo os nomes apresentados.” Conselheiro Pessinatti? “Eu também aprovo os nomes  
296 apresentados, e gostaria de fazer coro àquilo que foi dito à Conselheira Dolores pela oportunidade  
297 que o Carlos, através da sua vivência, e da sua postura, conduziram até este momento, que permitiu  
298 que a sociedade civil, e também os conselheiros do Governo, tivéssemos talvez, pela primeira vez,  
299 um diálogo realmente muito positivo! Foi a primeira vez que nós, diante de um assunto tão delicado  
300 quanto à eleição de um presidente da sociedade e do governo, tentamos construir o melhor para o  
301 CNAS, o melhor para as políticas de Assistência Social. Então eu voto sim pela chapa apresentada,  
302 e também fazendo este voto, eu vou ao posicionamento ético, político, e bonito do Conselheiro  
303 Carlos Ferrari.” Conselheiro José Crus? “Eu também quero qualificar o voto dizendo, Márcia, que é  
304 um prazer para este Conselho Tê-la à frente novamente, principalmente nesta data, em que hoje  
305 comemoramos quatro anos de implantação no SUAS neste país. Então eu voto sim pelos nomes  
306 aqui apresentados.” Conselheiro Renato de Paula? “Eu sou favorável.” Conselheiro Renato Saidel?  
307 “Eu gostaria de qualificar meu voto! Primeiro cumprimentar a este conselho pelo exercício da  
308 democracia que nós realizamos, apesar de não ter acompanhado a parte final da discussão, talvez a  
309 parte mais gostosa é que quando chega a um acordo, par ao Plano de Saúde, principalmente eu  
310 quero fazer um voto de louvor ao Conselheiro Carlos Ferrari pela sua atitude magnânima, que muito  
311 me impressionou e que fez com que aumentasse a minha admiração por ele! Mas como não  
312 acompanhei a discussão até o final, eu vou me abster justamente por não ter visto toda a  
313 negociação, apesar de concordar com os nomes, mas por uma questão de fidelidade àquilo que a  
314 gente tenha votado, e só votar favorável ou contrariamente quanto acompanhamos a discussão até o  
315 final.” Conselheiro Charles? “Favorável à Márcia à Presidente e a Margareth como Vice”;  
316 Conselheiro Geraldo? “Sou favorável à chapa apresentada, e gostaria de qualificar meu voto. À  
317 Márcia, que assume logo após esta votação à presidência, desejar votos de sucesso, e dizer a você  
318 que foram muitos os nossos embates no Conselho Municipal de nossa origem de cidade. A sua  
319 trajetória é uma trajetória que poderá, com certeza, espelhar muita grandeza na consolidação do



320 SUAS na política nacional de assistência social. O mesmo eu quero fazer em relação à Margareth,  
321 uma companheira de lida na defesa dos direitos trabalhistas, e que com certeza vai fazer acontecer a  
322 toda esta defesa de direitos, à não flexibilização dos direitos, para além das Assistentes Sociais. Eu  
323 não tenho dúvida disto! E para finalizar eu quero, não em respeito ao Geraldo, à pessoa do  
324 Conselheiro que vos fala, mas em respeito à fé cristã! Eu quero aqui deixar registrado que rogo a  
325 Deus para iluminar o coração deste Conselheiro tão nobre que é o Carlos Ferrari, e que entendendo,  
326 compreendendo, depois da discussão democrática, que o Conselho Nacional de Assistência Social é  
327 um espaço institucional muito maior do que nós enquanto Conselheiros. O Conselho é permanente e  
328 somos passageiros! Então, indo todos os meus préstimos a você Carlos, e digo a você de coração,  
329 que estarei pronto para caminhar junto a você em toda esta luta em defesa dos beneficiários e  
330 usuários da Assistência Social.” Conselheiro João Carlos? “Eu queria dar os meus parabéns ao  
331 colega Carlos Ferrari pela postura, tranquilidade e serenidade apresentada durante este processo  
332 todo. E eu concordo com os nomes apresentados.” Conselheira Valdete? “Também quero votar  
333 favorável à chapa, e também quero cumprimentar a sociedade civil, pela postura que adotou frente a  
334 este processo. Eu acho que mostra o amadurecimento que tivemos, que este colegiado teve no  
335 decorrer de um ano! Finalizando aqui, e eu acho que como o Padre Pessinatti disse, desde segunda-  
336 feira temos intensamente um processo de discussão sobre esta mesa diretora que conduzirá o  
337 Conselho em um próximo ano! Acho que isto mostra não somente o amadurecimento que nós  
338 tivemos enquanto colegiado, mas a própria sociedade civil que foi construindo este consenso, e  
339 acho assim, Carlos, que você teve uma atitude muito importante para a gente finalizar este processo  
340 da forma que estamos finalizando. Então desejo que esta gestão realmente possa caminhar nesta  
341 direção, de a gente relevar e construir um consenso no debate que é o processo democrático que nós  
342 tanto almejamos, principalmente na política de Assistência Social.” Após a votação, foram  
343 computados quinze votos favoráveis, e duas abstenções, com a aprovação dessa chapa. Na  
344 sequência, a senhora Presidente, informou haver a formalidade da ata, abrindo, posteriormente aos  
345 abraços e comemorações. O Conselheiro Josenir procedeu à leitura de um manifesto feito pelos  
346 Conselheiros Suplentes enquanto os Conselheiros Titulares estavam reunidos, encaminhado a via  
347 original assinada por todos os Conselheiros à presidência: “*Os Conselheiros abaixo manifestam seu*  
348 *estranhamento, repúdio e inconformismo e constrangimento ao ato discriminatório e ilegal*  
349 *adotado pela presidência do CNAS em 15/07/2009, ao excluí-los de qualquer discussão que diga*  
350 *respeito a interesses deste órgão. O Regimento Interno do CNAS apenas e tão somente veda aos*  
351 *Conselheiros suplentes o direito a voto quando seus titulares estiverem presentes. O mesmo*  
352 *diploma concede voz aos Conselheiros Suplentes em qualquer discussão. E este direito foi obstado*  
353 *pela Presidência e Conselheiros titulares ao convocar apenas estes para a discussão em respeito*  
354 *da presidência e vice-presidência do CNAS. O ato vai de encontro a qualquer conceito de*  
355 *democracia que se invoque. Fere os direitos dos conselheiros suplentes eleitos legitimamente pela*  
356 *sociedade civil, tal qual os titulares, e faz do Regimento Interno do CNAS letra morta. Solicitamos*  
357 *a indicação da norma legal que permitiu à presidência e aos Conselheiros titulares agirem da*  
358 *forma atacada e, caso inexistir, que se abra discussão imediatamente, ainda nesta Plenária, do*  
359 *papel a ser desempenhado pelos Conselheiros Suplentes, com os quais é gasto dinheiro público*  
360 *para custear a sua presença, que ao que tudo indica, como demonstrado pelo ato repudiado, seria*  
361 *absolutamente dispensável. A postura anti-democrática e inacreditável, na verdade, depõe contra*  
362 *toda evolução havida no CNAS, e fere a participação efetiva da Sociedade Civil e de Suplente*  
363 *Governamental, nas questões pela qual a Constituição Federal as legitimou. Brasília, seis de julho.*  
364 *Assinam seis Conselheiros deste órgão: Josenir Teixeira, Samuel Rodrigues, Clodoaldo Leite,*  
365 *Marisa Furia, Sérgio Wanderly, e Antônio Celso Pasquini”.* A seguir, a Secretária-Executiva  
366 procedeu à leitura da Ata: “*Ata de reunião realizada no dia 15 de julho de 2009. Aos quinze dias do*

367 *mês de julho de 2009, às dezessete horas e trinta minutos, a Plenária do Conselho Nacional,*  
368 *reunida na sala de reuniões do colegiado do CNAS, localizado na Explanada dos Ministérios,*  
369 *Bloco F, anexo, ala “A”, primeiro andar, na sala 108, na cidade de Brasília – DF, deu posse à*  
370 *presidente do CNAS, senhora Márcia Maria Biondi Pinheiro, eleita nesta data por quorum*  
371 *qualificado de votos dos Conselheiros Titulares e Suplentes, perfazendo a exigência dos textos do*  
372 *quorum, e a vice-presidente do CNAS, Sra. Margareth Alves Dallaruvera, eleita na mesma data por*  
373 *quorum qualificado de votos dos Conselheiros e Conselheiras titulares, presentes, perfazendo a*  
374 *exigência de dois terços do quorum, para mandado de um ano a partir desta data. Assina este*  
375 *termo de posse a presidente eleita, Márcia Maria Biondi Pinheiro, a Vice-Presidente eleita,*  
376 *Margareth Alves Dallaruvera, e os Conselheiros titulares e suplentes do CNAS”. A senhora*  
377 *Presidente, antes de passar a presidência à Conselheira Eleita, Márcia Pinheiro, agradeceu esse*  
378 *período passado no Conselho, assim como ao Conselheiro Pessinatti, e em seu nome a toda*  
379 *Sociedade Civil. Ponderou ter sido um ano de mandato com muitos desafios, mas também de*  
380 *construção de vários consensos e de aprendizado, procurando sempre levar sua responsabilidade*  
381 *enquanto Conselheira Presidente no sentido de respeitar e preservar todas as decisões do Conselho,*  
382 *e conduzi-lo de uma forma que se pudesse possibilitar a construção democrática do debate com*  
383 *relação à política de Assistência Social. Colocando-se à disposição, manifestou que deixava a*  
384 *presidência do CNAS, mas não a luta pela política de Assistência Social. Destacou ser esse*  
385 *momento de Conferências muito importante para todos, com essa grande mobilização da discussão*  
386 *sobre a participação e o Controle Social em um sistema único, desejando às Conselheiras eleitas*  
387 *uma boa gestão. Após essas colocações, os Conselheiros Ferrari, Geraldo, Renato de Paula,*  
388 *Frederico, Renato Saidel, Fátima, Maria dolores, Heloísa, Clodoaldo, Pasquini, Conselheira Marisa,*  
389 *Edna, Josenir, Sérgio, João Carlos, José Geraldo e José Crus, cumprimentaram a senhora Presidente*  
390 *Valdete pela forma respeitosa, eficiente e comprometida, que havia apresentado uma boa liderança*  
391 *durante esse ano, sempre buscando o consenso e oportunizando a todos os Conselheiros o exercício*  
392 *do Controle Social. Continuando os Conselheiros deram as boas vindas às Conselheiras eleitas,*  
393 *colocando à disposição para a efetivação das políticas de Assistência Social. A senhora ex-*  
394 *Presidente agradeceu as palavras e a todos os servidores do CNAS, especialmente pelo*  
395 *compromisso demonstrado, assim como à Secretária-Executiva pela postura ética, de*  
396 *compromisso, de companheirismo, juntamente com toda sua equipe. Destacou o trabalho executado*  
397 *pelo compromisso com a política, com seriedade e competência. Agradeceu à senhora Diretora do*  
398 *DGSUAS, e a todas as pessoas do Ministério pela confiança que haviam depositado durante sua*  
399 *gestão. A Secretária-Executiva, em seu nome e no de sua equipe, observou que essa gestão havia*  
400 *ocorrido em um momento de grande turbulência no Conselho, mas garantindo esse espírito*  
401 *democrático, tendo em comum a paciência, a serenidade, equilíbrio, mas firmeza nas suas ações e*  
402 *posições, estando muito satisfeita de estar sob suas ordens considerando seu perfil e equilíbrio.*  
403 *Desejou, em seu nome e de toda a Secretaria-Executiva, que a senhora Presidente retornasse para*  
404 *projetos pessoais com muito sucesso, abrindo mão da recondução, mas estando sempre nesse*  
405 *espaço da Política de Assistência Social e na sua defesa, principalmente nesse momento de*  
406 *Conferências, assim como o Conselheiro Pessinatti. Prosseguindo, a Secretária-Executiva*  
407 *cumprimentou a Conselheira Márcia e a Conselheira Margareth, desejando uma gestão de sucesso,*  
408 *equilíbrio e serenidade, com negociação, com espírito democrático, que havia sido demonstrado*  
409 *nessa oportunidade. Manifestou o compromisso da Secretaria-Executiva e de toda equipe,*  
410 *trabalhando para além das atribuições da realização de tarefas. A Conselheira Maria Rosa e a Sra.*  
411 *Edilar, que estava no exercício da presidência do FONACEAS, agradeceram à Presidência e Vice-*  
412 *Presidência pelo reconhecimento desses Fóruns como interlocutores do Conselho, dando*  
413 *oportunidade e respeitando as possíveis divergências, abrindo espaço para diálogo com o CNAS.*

414 Prosseguindo, cumprimentaram as Conselheiras Márcia e Margareth, prosseguindo no trabalho  
415 conjunto e buscando cada vez mais o diálogo, desejando muito sucesso em sua missão. A senhora  
416 Diretora do DGSUAS manifestou sua preocupação, encontrando que o CNAS precisaria dar outro  
417 aceno, o que havia acontecido nessa oportunidade, não tendo dúvidas da postura do Governo e  
418 principalmente da Sociedade Civil, que acenava para um novo rumo do Conselho Nacional e que  
419 havia passado por sua fase mais difícil. Agradeceu à Conselheira Valdete e ao Conselheiro  
420 Pessinatti, que haviam passado e superado essa fase, encontrando que havia outras questões que  
421 facilitariam muito para que o Conselho retornasse às suas atividades. Concluindo, a senhora  
422 Diretora reiterou seus agradecimentos aos Conselheiros que deixavam seus cargos, que tinham toda  
423 fraternidade, carinho e respeito, pelo MDS. O Conselheiro Pessinatti agradeceu em seu nome, da  
424 CNBB e da Sociedade Civil, as palavras generosas que haviam sido proferidas, destacando que  
425 nesse período que estava no Conselho, estava sendo um grande aprendizado, assim como a  
426 oportunidade de crescimento e aprendizado. Concluindo, agradeceu particularmente à senhora  
427 Presidente Valdete, pela sabedoria e pela simplicidade com que ela buscava sempre encontrar o  
428 melhor caminho, manifestando que continuaria colaborando com o Conselho, até sua substituição  
429 por outro representante com formação específica na área da Assistência Social. **Encaminhamento.**  
430 A senhora Presidente solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à leitura da nota de  
431 reconhecimento ao público pelo trabalho da ex-secretária Ana Lígia: “*Nota de reconhecimento*  
432 *público. O Conselho Nacional de Assistência Social torna público o manifesto em reconhecimento*  
433 *à trajetória político-profissional da ex-Secretária Nacional de Assistência Social Ana Lígia Gomes.*  
434 *Certamente, a construção da assistência social como política pública pressupõe a atuação e a*  
435 *participação de um conjunto variado de atores sociais constituídos em sujeitos coletivos da maior*  
436 *relevância. Contudo, alguns indivíduos se destacam e imprimem uma marca especial ao processo.*  
437 *Esse sem dúvida é o caso da Ana Lígia Gomes. Assistente Social, trabalhadora, militante e*  
438 *pesquisadora da área da assistência social, nos apresenta, a todos, uma trajetória marcada pela*  
439 *coerência ética e compromisso público nitidamente refletidos em conquistas como a nomeação*  
440 *constitucional na assistência como política de seguridade social, a aprovação da LOAS a*  
441 *implementação do controle social na área e, mais recentemente, a aprovação da PNAS/2004, NOB*  
442 *SUAS e RH, redundando na realização incontestável do Sistema Único de Assistência Social*  
443 *(SUAS). À frente da Secretaria Nacional de Assistência Social desempenhou um importante papel*  
444 *de liderança junto a competentes e comprometidos quadros profissionais aglutinados em torno de*  
445 *um projeto que reconhece a assistência social como direito do cidadão e dever do Estado. Desta*  
446 *forma, o CNAS entende que o compromisso histórico de Ana Lígia com a defesa da política de*  
447 *assistência social e do SUAS continuará nos brindando com importantes contribuições. Desejamos*  
448 *sucesso na sua trajetória política e profissional frente aos novos desafios colocados pela*  
449 *conjuntura. Conselho Nacional de Assistência Social”*. Prosseguindo, a senhora Presidente solicitou  
450 às Conselheiras Márcia e Margareth para que se aproximassem, para, juntamente com o Vice-  
451 Presidente, fazer o ato formal de passagem. Lembrou que a primeira pauta do dia seguinte seria  
452 realizada na Procuradoria Geral da República. A Conselheira Márcia, em nome do movimento da  
453 Assistência Social, agradeceu aos companheiros que haviam conduzido o CNAS nesse período,  
454 cujas complicações todos conheciam, sendo possível assumir essa tarefa, nesse momento, porque  
455 todos estavam juntos, com esse movimento agregando pessoas a cada dia, com todos juntos  
456 conduzindo esse processo até a próxima eleição da Sociedade Civil. **ENCERRAMENTO.** Nada  
457 mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada. **ABERTURA.** Aos dezesseis dias do mês de julho de  
458 dois mil e nove, dando prosseguimento à Centésima Sexagésima Nona Reunião Ordinária do  
459 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a Secretária-Executiva convidou para compor a  
460 Mesa de Debates “Impacto da Crise Mundial”, a senhora Presidente Márcia Maria Biondi Pinheiro,

461 o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Arlete Sampaio,  
462 Secretária Executiva, e o professor Josué Souto Maior Mussalem. Na sequência, passou a palavra à  
463 Presidente do Conselho para abertura. A senhora Presidente agradeceu a presença de todos,  
464 informando que o CNAS gostaria de discutir diversos assuntos para poder qualificar sua  
465 intervenção na sociedade, sendo o primeiro deles o tema “Impactos da Crise Mundial”, a ser  
466 debatido pelo Ministro e pelos convidados, na perspectiva de qualificar essa intervenção. Indicou a  
467 nova gestão do CNAS, eleita no dia anterior, com a Conselheira Margareth, como Vice-Presidente,  
468 esperando contribuições para fazer desse um mandato de todos, agradecendo a confiança do MDS  
469 em lhe convocar, colocando-se à disposição do Conselho. Ponderou que trabalhariam para fazer  
470 com que a Assistência Social se tornasse cada vez mais política de direito do cidadão, direito do  
471 estado. Na sequência, a senhora Presidente passou a palavra ao Ministro, que saudou a todos os  
472 presentes, em especial os membros do CNAS, a senhora Diretora do DGSUAS, Simone  
473 Albuquerque e os demais componentes da Mesa. Inicialmente, prestou homenagem à senhora Ana  
474 Lígia, que por razões muito específicas havia se afastado da Secretaria Nacional de Assistência  
475 Social, elogiando sua capacidade profissional e seu trabalho e que certamente continuaria  
476 trabalhando em espaços e estimulando a Política Pública da Assistência Social, agradecendo em  
477 nome do Ministério e em nome do Governo e do Presidente Lula. O Ministro também agradeceu à  
478 senhora Valdete, que havia prestado um serviço admirável ao Conselho e, portanto, às Políticas  
479 Públicas de Assistência Social no Brasil, tendo assumido a presidência do CNAS em um momento  
480 muito difícil e com muito sacrifício, manifestando os agradecimentos em seu nome pessoal, de toda  
481 a equipe do Ministério e do CNAS, em nome do Governo e do Presidente da República. O Ministro  
482 solicitou o registro com relação a duas pessoas que muito o ajudaram nos momentos difíceis do  
483 Conselho, a senhora Simone, pelo trabalho que ela realizava no Ministério, e que também havia  
484 assumido a presidência do Conselho no momento mais difícil, antes da senhora Valdete, e o havia  
485 feito com muita dignidade, empenho e competência, sendo uma figura emblemática da Assistência  
486 Social no Brasil atualmente; e, o Conselheiro Pessinatti, que também havia sido um importante  
487 interlocutor e que havia assumido em um momento difícil. Estendeu seus agradecimentos a todos os  
488 membros do Conselho, tanto do período anterior como do atual, que deram um grande apoio e que  
489 se empenharam para que o Conselho pudesse superar este momento de dificuldade, referindo-se à  
490 senhora Presidente como companheira de muitos anos. Prosseguindo, o Ministro esclareceu ter se  
491 informado muito a respeito dessa crise internacional, tendo lhe chamado a atenção a sua dimensão  
492 ética e que não devia ser desconsiderada, observando o tipo de sociedade que se queria, tendo que  
493 se trabalhar a partir da realidade histórica e sobre o papel do dinheiro em detrimento de outros  
494 valores. Reiterou que essa crise colocava além de desafios éticos, desafios sociais e ambientais,  
495 destacando o consumo exacerbado, o aspecto dramático de aproximadamente um bilhão de pessoas  
496 estando fora desses mecanismos de produção e consumo, não tendo acesso a bens e serviços  
497 básicos, enquanto alguns consumiam o limite do insuportável. Esclareceu que o primeiro ponto  
498 seria, então, como organizar a produção e o consumo para que a natureza fosse respeitada e se  
499 pudesse repactuar a vida em relação às gerações futuras e ao mesmo tempo incluir no consumo de  
500 bens e serviços básicos essa multidão excluída. Colocou outro aspecto, já entrando na realidade do  
501 Brasil, que era uma nova leitura que estava acontecendo, que sempre que ocorria alguma crise  
502 econômica, a primeira coisa que era feita era penalizar os pobres, cortar as políticas sociais, o que  
503 não havia sido feito no Brasil, relatando a manutenção e ampliação das políticas sociais no país, os  
504 programas como Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada - BPC, e também as políticas de  
505 apoio à agricultura familiar na linha do PRONAF e do PAA. Observou que esses programas  
506 colocavam dinheiro na mão dos pobres, que compravam e tinham grande impacto na economia.  
507 Informou sobre o artigo que havia escrito sobre desenvolvimento, Desenvolvimento econômico ou

508 desenvolvimento social, com aquela idéia de crescer primeiro para distribuir depois, constatando-se  
509 que era incluir para crescer, pois o crescimento econômico por si só não produzia uma sociedade  
510 justa. Que eram necessárias políticas públicas de Assistência Social integradas com outras e com os  
511 pobres recebendo benefícios e que também estimulavam e fortaleciam o mercado interno. Colocou  
512 a questão emprego ou políticas sociais, informando ter participado na Organização Internacional do  
513 Trabalho em Genebra, para falar sobre a experiência do Brasil, pois queriam colocar uma das  
514 convenções da OIT integrando os direitos do trabalho às políticas públicas de Assistência Social, ,  
515 explanando sobre a situação no Brasil e no exterior. Ponderou que era preciso se fazer um grande  
516 esforço no Brasil e em outros países para manter e ampliar políticas sociais, de inclusão, de  
517 Assistência Social, observando que aquela parcela dos recursos multimilionários deveriam gerenciar  
518 para salvar os interesses dominantes ou mais fortes economicamente, especialmente o setor  
519 financeiro. O Ministro chamou a atenção para o papel que o Conselho poderia desempenhar,  
520 estando nesse esforço para mudar um pouco os objetivos, as responsabilidades do Conselho  
521 Nacional de Assistência Social até com essa questão que se estava trabalhando para resolver no  
522 Congresso, respeito à certificação das entidades filantrópicas. Observou que se queria liberar o  
523 Conselho dessa tarefa que não era sua, e fazer do CNAS esse espaço nobre, privilegiado de  
524 encontro da sociedade, das suas entidades representativas, das políticas de Assistência Social,  
525 representantes do Estado, do poder público, para fazer um espaço de reflexão e debate, formulação  
526 das políticas públicas na área da Assistência Social, reflexão, as Conferências Municipais e  
527 Estaduais que estavam acontecendo nesse momento na perspectiva da grande Conferência Nacional  
528 no final do ano. Dirigindo-se à senhora Presidente, observou que o Conselho deveria pautar era essa  
529 discussão sobre a crise, com um olhar para os mais pobres, não apenas preservando, como  
530 ampliando os direitos sociais, as políticas públicas da Assistência Social, o direito dos pobres, dos  
531 trabalhadores de baixa renda, das crianças, das pessoas idosas, das famílias empobrecidas nesse  
532 momento de crise. Manifestou que essa crise tinha muitos desdobramentos, com uma dimensão  
533 visível, econômica, e com ramificações menos visíveis na dimensão social e dos valores, que havia  
534 chamado de dimensão ética e da dimensão ambiental. Pensava que uma crise como essa poderia  
535 possibilitar que um Conselho como o CNAS fizesse uma reflexão mais ampla procurando integrar  
536 diferentes leituras com foco na Assistência Social, enquanto política pública no campo dos direitos.  
537 Ponderou que esse foco deveria ser maior, mais vigoroso nos pobres, nos excluídos, nas pessoas,  
538 famílias e comunidades mais fragilizadas, mas interagindo também essa dimensão social dos pobres  
539 com outras dimensões fundamentais para o futuro, como a questão ambiental. Manifestou ser esse  
540 um momento muito importante, destacando o pensamento de esquerda que expressava um projeto  
541 de vida mais arrojado e mais comprometido com o futuro, com os meninos e meninas do amanhã,  
542 estando um pouco atrasados e um pouco na defensiva nessa crise. O Ministro comentou que se  
543 sabia que se havia cometido erros gravíssimos em termos de questão de direitos humanos, de matar  
544 a liberdade e iniciativa das pessoas, questão de democracia e uma defesa a um modelo do leste  
545 europeu, do socialismo tradicional, sobretudo do leninismo, ou do stalinismo, mas querendo dizer  
546 que eles haviam sido eficazes, os neoliberais, o pensamento conservador, individualista, o  
547 capitalista mais exacerbado para tirar proveito daquele momento. Concluindo, manifestou que não  
548 se estava sabendo estimular uma reflexão mais ampla, mais forte nesse momento de crise,  
549 encontrando ser crise do capitalismo. A senhora Presidente passou a palavra para o professor  
550 Mussalem, que referiu-se às palavras do Ministro, encontrando muito interessante e comentando  
551 algumas de suas colocações. Considerava a questão ambiental muito importante, tendo entregado à  
552 senhora Valdete um relatório e tendo um exemplar para o Ministro, de um Seminário chamado  
553 Florestas do Brasil, discorrendo sobre a sua realização e as organizações que participaram.  
554 Concordou com o Ministro que a crise tinha uma dimensão ambiental, discorrendo sobre a situação

555 no mundo e o posicionamento dos países com relação à essa questão. Destacou a situação da água  
556 no Brasil e a preocupação com relação ao meio ambiente no que dizia respeito ao saneamento no  
557 país, com a preservação das suas reservas hídricas passando por um novo modelo de saneamento.  
558 Ponderou que as grandes crises podiam modificar o comportamento ético das sociedades, fazendo  
559 colocações sobre o assunto e referindo-se ao crescimento e desenvolvimento. Citando a pergunta  
560 feita pelo Ministro, “por que é importante a inclusão social?”, ponderou que bastaria manter o nível  
561 de concentração industrial para que o PIB do Brasil crescesse e a inclusão social se desse em uma  
562 dimensão muito lenta, com os investimentos que estavam acontecendo atualmente sendo  
563 investimentos de capital intensivo, exemplificando a situação e concluindo que somente se poderia  
564 desenvolver um país se houvesse inclusão social. Com relação ao pleno emprego, colocou o que a  
565 história registrava sobre essa questão, sendo graças a um mecanismo criado e que era discutido por  
566 não estar adaptado aos novos tempos, que o mundo não havia entrado em crise pós-guerra.  
567 Destacou que a crise do capitalismo existia mas era cíclica, discorrendo sobre um trabalho realizado  
568 sobre o assunto. Prosseguindo, explanou sobre a crise mundial, diferente da Depressão de 29, tendo,  
569 atualmente a Grande Recessão, nascida do descolamento entre o que era chamado de economia  
570 nominal e a economia real, explanando sobre a questão e sua influência na economia mundial.  
571 Prosseguindo, indagou quais eram os impactos sociais da crise atual, enumerando os milhões de  
572 desempregados nos Estados Unidos e na Europa, com essa crise não sendo sentida no Brasil porque  
573 ninguém estava desempregado, mas que seriam sentida no momento que isso ocorresse, com os  
574 impactos sociais, em sua opinião, estando muito vinculados à essa perda. Que se saíria da recessão  
575 quando o emprego começasse a voltar, colocando o que dizia a conjuntura atual, exemplificando  
576 com a China e Estados Unidos e esclarecendo porque o Brasil havia reagido razoavelmente à crise e  
577 o posicionamento da dívida externa brasileira e a solidez do sistema financeiro e quais eram os  
578 riscos para a economia mundial. Destacou como o processo de importação havia iniciado, havendo  
579 um protecionismo muito grande na economia brasileira, discorrendo sobre essa situação e a entrada  
580 no Brasil na guerra e como isso havia impactado no país. O Prof. Mussalem referiu-se às crises  
581 sofridas no país e as lições tiradas, observando que a visão que tinha da crise era que o Brasil saíria  
582 mais forte, independente de qualquer tipo de governo, por ser uma crise institucional, uma crise  
583 mundial, sendo o povo que faria com que ela saísse do processo, mas tendo preocupação com o  
584 gasto público no Brasil. Ponderou que havia que retomar essa capacitação de investimento do setor  
585 público, que tinha um investimento que era crucial, em infra-estrutura, fazendo alguns colocações  
586 sobre esse ponto. Para encerrar, explanou sobre sua convivência com Gilberto Freyre e o grande  
587 gênio que era, sendo conhecido e tema de trabalhos no exterior que sequer eram noticiados no  
588 Brasil, declarando um trecho de uma poesia sua, que trazia uma visão do Brasil sem demagogia,  
589 vendo o país com muito otimismo e capaz de vencer muitas etapas e muitos desafios. A senhora  
590 Presidente passou a palavra para a Dra. Arlete Sampaio, que citou a expressão colocada pelo  
591 Professor “nós vamos sair da crise independente do Governo Lula”, colocando que as opções  
592 políticas tinham uma repercussão extraordinária na economia, com o Brasil saindo da crise  
593 justamente porque algumas opções políticas haviam sido assumidas pelo governo, fazendo algumas  
594 colocações sobre a questão e a posição brasileira frente à economia mundial. Observou que o Brasil  
595 possuía atualmente o maior banco público de investimentos do mundo, o BNDES, com a solidez  
596 dos bancos, do Sistema Financeiro Brasileiro estando atualmente em um nível de recuperação do  
597 crédito, permitindo vislumbrar a saída dessa crise, discorrendo sobre a redução dos juros.  
598 Concluindo, a Dra. Arlete reiterou que encontrava que as opções políticas eram fundamentais para  
599 definir o rumo dos acontecimentos. O Prof. Mussalem observou ser interessante essa colocação para  
600 se esclarecer a situação. Destacou ter conhecido o presidente Lula e o considerava muito inteligente,  
601 discorrendo sobre a estabilidade monetária e a crise do capitalismo sendo inerente ao processo

602 porque o mesmo estava dentro das pessoas, todos querendo melhorar de vida, o que ocorria quando  
603 se tinha maior produtividade, melhor oportunidade e o Brasil ainda não havia se desenvolvido  
604 completamente por ter uma parte sem oportunidades, que era aquela abaixo da linha de pobreza.  
605 Observou que não discordava das colocações da Dra. Arlete, que havia exposto muito bem essa  
606 questão embora com visão mais de governo e na sua procurava manter isenção até pelo fato de ser  
607 de imprensa, não podendo elogiar governo pois perderia sua credibilidade. Manifestou sua  
608 concordância com a Dra. Arlete que tinha havido uma opção política e que ele havia pago um preço  
609 por conta disso, relatando algumas situações ocorridas. A Sra. Carla, observando sempre ter  
610 escutado que a grande diferença entre o socialismo e o capitalismo e entre o neoliberalismo era  
611 exatamente a força do Estado que sempre havia se dado no socialismo e que capitalismo e o  
612 neoliberalismo trabalhavam com o mercado sendo responsável, indagou como se via essa situação  
613 atualmente e se ainda existia neoliberalismo depois disso. O Prof. Mussalem esclareceu que a  
614 resposta a essa pergunta estava no compromisso do G20 de que os Estados saíssem da economia tão  
615 logo houvesse a normalização das relações internacionais, discorrendo sobre a situação da  
616 economia no mundo. O Conselheiro Geraldo questionou a fala do Prof. Mussalem, com o primeiro  
617 ponto dizendo respeito ao sistema bancário brasileiro, empréstimo compulsório ou outro mecanismo  
618 de fortalecimento, indagando qual a situação que dava um fortalecimento tão grande ao sistema  
619 financeiro brasileiro, referindo-se, também, à situação da China e da Índia quando não assumiam  
620 Kyoto, assim como os Estados Unidos, se existia alguma repercussão e qual seria, com essa  
621 tendência estatizante que se apresentava. O Conselheiro Clodoaldo indagou qual o impacto da atual  
622 crise mundial na globalização para os países em desenvolvimento e do terceiro mundo, se o Brasil  
623 devia continuar a trabalhar pelo fortalecimento do Mercosul diante desse movimento de  
624 protecionismo ou se deveria reformular ou propor um novo bloco, mais amplo, indagando qual era  
625 sua visão. O Conselheiro Ferrari questionou sobre as colocações do presidente Lula, referiu-se ao  
626 socialismo, que em nome da igualdade havia privado as pessoas da liberdade, como se chegava a  
627 um equilíbrio razoável e, por fim, discorrendo sobre o governo do Presidente Lula, indagou se a  
628 estatização observada em nível social, se era possível. A Conselheira Maria Dolores, citando a  
629 vigilância social, solicitou que o Prof. Mussalem apontasse quais as áreas que estavam sendo  
630 economicamente afetadas pela crise. O Conselheiro Renato Saidel referiu-se à questão da taxa de  
631 juros bancárias, indagando como dialogar para que esses índices fossem reduzidos a um patamar  
632 aceitável, considerando a situação atual. O Prof. Mussalem passou a responder as questões  
633 levantadas pelos Conselheiros, informando que os empréstimos consignados foram importantes  
634 para aumentar duas coisas no Brasil: o crédito e também manter um certo nível de consumo  
635 havendo distorções no processo, esclarecendo como ocorria esse procedimento. Prosseguindo,  
636 observou que Índia e China não quiseram se comprometer com a redução da emissão de gases, pois  
637 usavam o fogo para tudo, gerando uma camada de CO<sub>2</sub>, mas que o meio ambiente era  
638 importantíssimo, tendo que se perseguir o conceito de desenvolvimento sustentável. Com relação ao  
639 salário mínimo, esclareceu que o Presidente Lula o havia feito crescer do ponto de vista real como  
640 em nenhum outro governo, mas que mesmo assim o salário mínimo ainda não era o ideal,  
641 explanando porque não era possível pagar o mínimo ideal. Com respeito à globalização, colocou  
642 que era perigosa para os países pobres e que ficavam à margem do processo, tendo apresentado um  
643 estudo sobre essa questão. Que era preciso haver um organismo multilateral exclusivo para cuidar  
644 da inclusão desses países no mercado e até porque o sistema capitalista precisava de gente com  
645 dinheiro, não de gente pobre, discorrendo sobre a importância do MERCOSUL para o Brasil. O  
646 Conselheiro Ferrari recolocou sua questão sobre o equilíbrio entre liberdade e igualdade, com o  
647 Prof. Mussalem observando que o equilíbrio entre socialismo e capitalismo tinha que vir da  
648 evolução da humanidade, discorrendo sobre as importantes funções do Estado, sendo que algumas

649 eram precárias. Sobre a questão da estatização e da carga da redução tributária, como auditor de  
650 fazenda, encontrava que o Brasil precisava de uma reforma fiscal, esclarecendo sobre a diferença  
651 entre essa reforma e a tributária, explanando sobre o histórico da carga tributária brasileira.  
652 Respondendo ao Conselheiro Ferrari sobre a fala do presidente Lula, colocou que ele e o Ministro  
653 Mantega cumpriam um papel, observando que o Brasil não havia entrado forte na crise por causa do  
654 grau de abertura da economia brasileira, discorrendo sobre a mesma e observando que o fato de a  
655 abertura brasileira não ser completa, havia facilitado para que a crise não atingisse o país. Com  
656 relação à questão da vigilância, destacou que quanto mais formalizada a economia, quanto mais  
657 industrializado fosse o estado, haveria maior possibilidade de sofrer a crise por conta do setor  
658 exportador. Observou que o nordeste, por ter uma economia informal muito forte as pessoas  
659 sentiam menos a crise, discorrendo sobre o PIB, o consumo interno no país e a dificuldade das  
660 grandes empresas. Concluindo, o Prof. Mussalem comentou que a taxa de juros no Brasil era  
661 altíssima, sendo difícil debelar essa questão e que fazia parte da história bancária brasileira,  
662 arrazoando sobre a economia nacional e que sempre se teria uma taxa de juros acima da média  
663 mundial porque o Brasil precisava financiar a chamada necessidade de financiamento do setor  
664 público. **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente agradeceu a presença de todos, informando  
665 que a Comissão Organizadora da Conferência se reuniria às 13h30 no Conselho e encerrando para o  
666 almoço, observando que não estaria presente no período da tarde. Dando início à reunião, a  
667 Secretária-Executiva procedeu à conferência do quorum: Conselheiros Titulares ou na titularidade  
668 presentes: Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth, na  
669 assumindo a presidência nesta reunião, Conselheira Edna, Conselheiro João Carlos, Conselheiro  
670 Charles, Conselheiro Frederico, Conselheira Maria Dolores, Conselheiro José Crus, Conselheiro  
671 Pessinatti, Conselheiro José Geraldo. Conselheiros suplentes presentes: Conselheiro Josenir,  
672 Conselheiro Sérgio, Conselheiro Pasquini e Conselheiro Clodoaldo. A senhora Presidente em  
673 exercício prosseguiu com a pauta, com o Item Relato da Comissão de Financiamento pelo  
674 Conselheiro José Geraldo. Aparteando, o Conselheiro José Crus e o Conselheiro Renato Saidel  
675 informaram que, devido a compromissos assumidos, se retirariam da Plenária antes do término da  
676 reunião. O Conselheiro José Geraldo procedeu à leitura da “*Memória de Reunião. Nome: Reunião*  
677 *da Comissão de Financiamento da Assistência Social. Local: CNAS. Data: 14/07/2009.*  
678 *Conselheiros Presentes: Charles Roberto Pranke; Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho; José*  
679 *Geraldo França Diniz – Coordenador; Marisa Fúria Silva; PE. Nivaldo Luiz Pessinatti; Renato*  
680 *Saidel Coelho. Ausências Justificadas: Edval Bernardino Campos; Rosa Maria Ruthes; Tânia*  
681 *Mara Garib. Convidados: Carla Alves – DPSB/SNAS; Elyria Bonetti Yoshida Credidio –*  
682 *DBA/SNAS; Fernando Brandão – DEFNAS/SNAS; Gabriela Almeida – DPSB/SNAS; Ilza de F.*  
683 *Caixeta – DEFNAS/SNAS; Izildinha Nunes – DPSE/SNAS; Laurimara Campos – DEFNAS/SNAS;*  
684 *Milma Maria de Andrade – DBA/SNAS; Patrícia Felix de Lima – DPSE/SNAS; Valéria Gonelli –*  
685 *DPSE/SNAS. Apoio: Maria das Mercês Avelino de Carvalho; Soraya Alves de Castro. I – Proposta*  
686 *Orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2010. A Secretaria Nacional de Assistência*  
687 *Social (SNAS/MDS) encaminhou Memo/SAB/SNAS/MDS nº 1.711, recebido neste CNAS em*  
688 *10/7/2009, informando que a Secretaria de Orçamento Federal (SOF) divulgou no dia 9/7/2009, os*  
689 *limites orçamentários a serem observados na PLOA/2010, sendo que estes limites serão*  
690 *distribuídos pela SPOA/MDS, quanto ao estabelecimento de valores e metas para a manutenção*  
691 *dos serviços sócio-assistenciais. É bom que se faça uma ressalva que na realidade não se falou de*  
692 *valores, se falou basicamente de metas, manutenção de metas e expansão de metas físicas tendo em*  
693 *vista que os valores financeiros ainda não tinham sido recebidos pela Secretaria, ou seja, o*  
694 *Ministério do Desenvolvimento Social ainda não tinha feito a distribuição interna dos limites.*  
695 *Estiveram presentes a Diretora do Departamento de Proteção Social Especial (DPSE/SNAS), os*



696 representantes do Departamento de Proteção Social Básica (DPSB/SNAS) e Departamento de  
697 Benefícios Assistenciais (DBA/SBAS) e o Diretos Executivo do Fundo Nacional de Assistência  
698 Social (DEFNAS/SNAS). Despesas Discricionárias. Programa 1385: Proteção Social Especial.  
699 Ação 2A65 – Serviços de Proteção Social Especial a Indivíduos e Famílias – Essa ação co-financia  
700 o serviço ofertado e/ou referenciado nos CREAS. O co-financiamento se dá por meio do Piso Fixo  
701 de Média Complexidade. Manutenção: CREAS em 241 municípios com uma capacidade de  
702 atendimento para 13.220 indivíduos/famílias. Expansão: - CREAS municipais – 150 CREAS,  
703 considerando os municípios incluídos no PRONASCI Território da Paz, municípios com mais de 50  
704 mil habitantes com CRAS e municípios com obra do PAC, com capacidade mínima de atendimento  
705 a 7.500 indivíduos/famílias. - CREAS regionais – 150 CREAS nos municípios incluídos no  
706 Território de Cidadania, com capacidade de atendimento a 12.000 indivíduos/famílias. - Oferta de  
707 atendimento para população em Situação de Rua – 100 municípios com capacidade de atendimento  
708 para 4.000 indivíduos/famílias. Ação 2A69 – Serviços Específicos de Proteção Social Especial –  
709 são co-financiados os serviços de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e  
710 idosos, serviço de acolhimento para criança/adolescente, pessoas idosas, mulheres, pessoas em  
711 situação de rua, etc. O co-financiamento é realizado por meio do Piso de Transição de Média  
712 Complexidade, Piso de Alta Complexidade I e Piso de Alta Complexidade II. Manutenção: 178.000  
713 pessoas nos serviços de Habilitação e Reabilitação em aproximadamente 1.500 municípios, e cerca  
714 de 54.000 pessoas nos serviços de acolhimento em aproximadamente 920 municípios. Expansão: -  
715 Ampliação de recursos para o co-financiamento de acolhimento de pessoa em situação de rua  
716 7.000 pessoas em 68 municípios. - Ampliação de recursos para acolhimento de 16.000 crianças e  
717 adolescentes em 5809 municípios. Ação 2B31 – Estruturação da Rede de Serviços de Proteção  
718 Social Especial – Nessa Ação orçamentária está previsto o reordenamento e estruturação dos  
719 serviços de alta e média complexidade. Está previsto recursos para reintegração de crianças e  
720 adolescentes institucionalizadas por motivos de pobreza. Propondo o atendimento de 21.300  
721 crianças/adolescentes. Programas 0073 – Enfrentamento da violência sexual contra crianças e  
722 adolescentes. Ação 2383 – Serviços de Proteção Social e a Crianças e Adolescentes Vítimas de  
723 Violência Sexual e suas Famílias – Ação orçamentária que compõe o programa coordenado pela  
724 SEDH para co-financiar oferta de serviço no CREAS. A manutenção contará com a capacidade  
725 mínima de atendimento para 52.000 indivíduos/família em 800 municípios. Programa 0152 –  
726 Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo ao adolescente em conflito com a Lei – Pró-  
727 SINASE. Ação 8524 – Serviços de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida  
728 Sócio-educativas – Ação orçamentária que compõe o programa coordenado pela SEDH para co-  
729 financiar oferta de serviço de proteção social aos Adolescentes em cumprimento de medida sócio-  
730 educativa de Liberdade Assistida e/ou de Prestação de Serviços à Comunidade no CREAS.  
731 Manutenção: A manutenção contará com a capacidade mínima de atendimento 30.000  
732 indivíduos/família em 380 municípios. Expansão: Estima-se o atendimento a 6.400 adolescentes em  
733 80 Municípios. Programa 0068 – Erradicação ao Trabalho Infantil. Ação 8662 – Concessão de  
734 Bolsa para Criança e Adolescente em situação de trabalho – Foi garantida nessa ação o  
735 atendimento a 80.000 crianças/adolescentes cujas famílias não estão incorporadas nos critérios do  
736 PBF – Programa Bolsa Família - e recebem o componente de renda com recursos dessa dotação  
737 orçamentária. Ação 2060 – Ações Sócio-educativas e de Convivência para Crianças e Adolescentes  
738 em situação de Trabalho – Estimando o atendimento para 920.000 crianças/adolescentes. O  
739 DPSB/SNAS apresentou o seguinte: Despesas Discricionárias. Programa 1384: Proteção Social  
740 Básica. Ação 2A60 – Serviços de Proteção Social Básica às Famílias - Manutenção: 14.202.786  
741 famílias referenciadas, 3.919 CRAS; - Recursos Piso Básico de transição (PBT) incorporados ao  
742 Programa Bolsa Família (PBF) em 2010 – 1.257 CRAS; - Expansão a partir de maio/2010: 750

743 CRAS. Ação 2A61- Serviços Específicos de Proteção Social Básica – segundo o Plano Decenal em  
744 dezembro de 2009 será o prazo para término do processo de transição (extinção do PBT), os  
745 recursos serão incorporados às Ações 2A60 e 20B8. Parte permanece nesta ação, destinando-se  
746 aos serviços previstos na Portaria 460/2007, atingindo 3.998 municípios. - Expansão: equalização  
747 dos serviços específicos a crianças e idosos. Programa 8034: Nacional de Inclusão de Jovens –  
748 ProJovem. Ação 20B8 – Serviço Sócio-Educativo para Jovens de 15 a 17 anos. - Manutenção: 600  
749 mil jovens; - Recursos PBT incorporados ao Piso Básico Variável I (PBV) em 2010 – 2.598  
750 coletivos (64.950 jovens); - Expansão: para atingir a meta de 1 milhão de jovens ao final de 2010.  
751 O DBA/SNAS apresentou o seguinte: Despesas Obrigatórias: Ação 0561 – Renda Mensal Vitalícia  
752 por Idade – decréscimo de 12,64% em relação ao ano de 2009 (meta física estimada de 75.320  
753 benefícios). Ação 0565 - Renda Mensal Vitalícia por Invalidez – decréscimo de 7,26% em relação  
754 ao ano de 2009 (meta física estimada de 221.687 benefícios). Ação 0573 – Benefício de Prestação  
755 Continuada à Pessoa Idosa – acréscimo de 8,59% em relação ao ano de 2009 (meta física estimada  
756 de 1.675.164 benefícios). Ação 0575 – Benefício de Prestação Continuada à Pessoa c/ Deficiência  
757 – acréscimo de 7,33% em relação ao ano de 2009 (meta física estimada de 1.737.918 benefícios).  
758 Despesas Discricionárias. Ação 2583 – Serviço de Processamento de Dados do BPC e da RMV –  
759 Houve aumento do valor cobrado pela Dataprev, de R\$ 0,58 para R\$ 0,98, a ser pago por benefício  
760 processado. Este aumento deveria vigorar a partir da vigência do Termo Aditivo de Contrato do  
761 INSS com a Dataprev, em dezembro de 2008. No exercício de 2009, o valor corrigido foi aplicado  
762 ao processamento dos benefícios assistenciais previdenciários e deverá ser aplicado ao  
763 processamento dos benefícios assistenciais em 2010. Os serviços complementares são decorrentes  
764 da rotina de geração e disseminação de informação e o orçamento previsto para 2009 foi mantido.  
765 Ação 2589 – Avaliação e Operacionalização do BPC e Manutenção da RMV. Atividades: -  
766 Operacionalização da concessão, manutenção e revisão do BPC e ainda, manutenção da RMV. -  
767 Procedimentos adotados pelo INSS para tratamento do requerimento, concessão, manutenção,  
768 revisão, suspensão e cessação do BPC e ainda da manutenção e cessação da RMV (1.650.000  
769 metas). - Previsão de despesa com a substituição de cartões magnéticos dos usuários do BPC que  
770 recebem pagamento por meio de cartão (2.300.000 metas). O custo previsto de cada cartão é de R\$  
771 7,00 (sete reais). - Incentivo para ações intersetoriais. - Ações de identificação e acompanhamento  
772 de beneficiários do BPC nos municípios (160.000 metas). Foram considerados os seguintes  
773 aspectos: - Previsão de implantação de nova metodologia de avaliação da deficiência e  
774 incapacidade dos requerentes com deficiência do Benefício de Prestação Continuada da  
775 Assistência Social, em atendimento ao Art. 16 do Decreto nº 6.214/2007; - Necessidade de  
776 deslocamento de profissionais para realização de avaliação social nas 395 Agências da  
777 Previdência Social que não dispõem de assistentes sociais; - Necessidade de cumprir o Art. 17 do  
778 Decreto nº 6.241/2007, que trata do pagamento das despesas de transporte e diárias para  
779 assegurar aos requerentes com deficiência, que residem em municípios que não dispõem de  
780 serviços de perícia médica, o seu encaminhamento ao município mais próximo que contar com tal  
781 estrutura. - As despesas previstas para a aplicação do questionário, pela Portaria MDS nº 434, de  
782 4/12/2008, instrumento de coleta de informações do Programa BPC na Escola, estão estimadas em  
783 R\$ 25,00 por questionário. A Comissão de Financiamento sugere os seguintes encaminhamentos:  
784 1) Aprovar as metodologias e diretrizes apresentadas pela SNAS/MDS, principalmente em relação  
785 às metas indicadas. 2) Solicitar a SNAS/MDS que encaminhe, até o dia 21/7/2009, a proposta  
786 orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2010, em cumprimento a Resolução CNAS  
787 nº 59/2009. 3) Convocar, para o dia 27/7/2009, Reunião Extraordinária da Comissão de  
788 Financiamento e do Colegiado. 4) Solicitar ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a  
789 apresentação de uma planilha de custos da operacionalização do Benefício de Prestação

790 *Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV). 5) Solicitar que a Empresa de Tecnologia e*  
791 *Informações da Previdência Social (DATAPREV) apresente demonstrativo que justifique o aumento*  
792 *do custo dos serviços de processamento dos benefícios em 69%. 6) Solicitar a Comissão de Política*  
793 *que pautar avaliação do PBC, principalmente sobre os critérios de concessão. Aparteando, o*  
794 *Conselheiro Pasquini questionou sobre o item 1, Proposta Orçamentária da Assistência Social para*  
795 *o exercício de 2010, sugerindo alteração do título para Metas para a Proposta Orçamentária da*  
796 *Assistência Social. O Conselheiro José Geraldo esclareceu que a pauta da reunião era sobre o*  
797 *exame da proposta orçamentária da Assistência Social para o exercício de 2010, tendo sido*  
798 *apresentado pelo CNAS uma proposta de meta física. O Conselheiro Pessinatti observou que*  
799 *deveria permanecer o mesmo título, considerando ser uma proposta de metas físicas e não*  
800 *orçamentária. Continuando, o Conselheiro Pasquini referiu-se ao aumento da DATAPREV de 70%,*  
801 *ao que o Conselheiro Pessinatti esclareceu que a empresa vinha solicitando aumento, sendo mantido*  
802 *o índice atual, mas que para 2010 se havia solicitado conversar, considerando esse pedido. A*  
803 *senhora Presidente em exercício passou à votação dos **encaminhamentos**. Em discussão se os*  
804 *Conselheiros queriam fazer alguma consideração aos encaminhamentos da Comissão de*  
805 *Financiamento. A Secretária-Executiva, destacando que o assunto era relativo a orçamento e tinha*  
806 *que ser voto qualificado, procedeu à chamada nominal: Conselheiro José Geraldo: “pelos*  
807 *encaminhamentos propostos”; Conselheiro Pessinatti: “igualmente”; Conselheiro José Crus: “pelos*  
808 *encaminhamentos”; Conselheiro Renato de Paula: “idem”; Conselheira Maria Dolores: “pelos*  
809 *encaminhamentos”; Conselheiro Frederico: “pelos encaminhamentos propostos”; Conselheiro*  
810 *Charles: “com os encaminhamentos”; Conselheiro João Carlos: “concordo com o*  
811 *encaminhamento”; Conselheira Edna: “pelos encaminhamentos”; Conselheira Fátima: “pelos*  
812 *encaminhamentos”; Conselheira Margareth: “pelos encaminhamentos”; Conselheiro Carlos*  
813 *Eduardo: “pelos encaminhamentos”. Computando os doze votos, a senhora Presidente em exercício*  
814 *considerou aprovado os encaminhamentos da Comissão de Financiamento. Prosseguindo, o*  
815 *Conselheiro José Geraldo passou à parte do relatório sobre a execução orçamentária e financeira do*  
816 *Fundo de Assistência Social do primeiro semestre de 2009: “A Diretoria Executiva do Fundo*  
817 *Nacional de Assistências Social (DEFNAS/SNAS) apresentou o Relatório da Execução*  
818 *Orçamentária e Financeira do FNAS, 1º Semestre de 2009, onde foram destacados os seguintes*  
819 *pontos: Eu vou me abster de ficar lendo essa quantidade de números. Só gostaria de ressaltar que*  
820 *no geral a execução apresentada está, eu diria, de boa para excelente, com algumas ressalvas em*  
821 *relação a algumas ações discricionárias, mas a gente fica aberto a algum questionamento que*  
822 *porventura haja. Eu já vou partir para a leitura dos encaminhamentos, página 8. A Comissão de*  
823 *Financiamento sugere os seguintes encaminhamentos: 1) A aprovação do Relatório da Execução*  
824 *Orçamentária e Financeira do FNAS, 1º Semestre de 2009, conforme resolução em anexo. 2)*  
825 *Solicitar a Diretoria Executiva do FNAS que inclua na tabela de Restos a Pagar (RAP) os valores*  
826 *pagos e cancelados para uma informação completa, possibilitando a análise por parte desta*  
827 *Comissão. 3) Enviar, por e-mail, o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do FNAS,*  
828 *referente ao 2º semestre, a todos os Conselheiros.” O Conselheiro José Geraldo, referindo-se à*  
829 *solicitação no item 2, informou que haviam sido apresentado somente valores de Restos a Pagar,*  
830 *não possuindo todas as informações necessárias. Observou que além dos encaminhamentos para*  
831 *discussão, havia a minuta da resolução. A Conselheira Maria Dolores indagou qual a razão da*  
832 *diferença desse percentual de execução entre BPC Pessoa Idosa e BPC Pessoa com Deficiência,*  
833 *com o Conselheiro José Geraldo esclarecendo que havia um valor pactuado de descentralização*  
834 *com o INSS e que eram repassados, ocorrendo uma defasagem em relação ao que havia sido*  
835 *efetivamente pago dos recursos financeiros, esclarecendo a questão e observando que, por ser uma*  
836 *despesa obrigatória, não tinha limites e tinha que ser paga. A Conselheira Maria Dolores, ainda*

837 sobre a questão, indagou por que essa diferenciação de percentuais, observando que na revisão do  
838 BPC muitas vezes alguns pagamentos de descentralização ficavam paralisados e que gostaria de  
839 saber a que se referia. A senhora Presidente em exercício esclareceu que essa situação era  
840 decorrente de diversos motivos, com o Conselheiro José Crus complementando alguns motivos que  
841 poderiam suscitar tais situações, mas que o importante era se saber que o repasse era de 100%,  
842 sendo uma despesa obrigatória. Dando prosseguimento, a senhora Presidente em exercício solicitou  
843 ao Conselheiro José Geraldo a leitura da minuta de resolução: “Resolução nº , de 16 de julho de  
844 2009. A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária  
845 realizada nos dias 14, 15 e 16 de julho de 2009, no uso da competência que lhe conferem os incisos  
846 VIII e XIV do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência  
847 Social – LOAS, resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do  
848 Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 1º semestre de 2009, apresentado pela Diretoria  
849 Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento  
850 Social e Combate à Fome (MDS), conforme planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor  
851 na data de sua publicação. Valdete de Barros Martins, Presidente do CNAS”, observando ter que  
852 mudar o nome da Presidente. **Encaminhamento.** Em não havendo nenhuma observação a senhora  
853 Presidente em exercício passou à votação. A Secretária-Executiva registrou a chegada dos  
854 Conselheiros Geraldo e Clodoaldo, na titularidade, observando já ter chamado o Conselheiro  
855 Renato na outra votação: Conselheiro Carlos: “pela aprovação”; Conselheiro Clodoaldo:  
856 “Presidente, eu tive que acompanhar o Renato Saidel e não ouvi acompanhei a leitura, então me  
857 abstenho”; Conselheira Margareth: “pela aprovação”; Conselheira Fátima: “pela aprovação”;  
858 Conselheiro Geraldo: “pela aprovação”; Conselheira Edna: “pela aprovação”; Conselheiro João  
859 Carlos: “pela aprovação”; Conselheiro Charles: “referendo aprovação”; Conselheiro Frederico :  
860 “pela aprovação”; Conselheira Maria Dolores: “me abstenho”; Conselheiro Renato de Paula: “pela  
861 aprovação”; Conselheiro José Crus: “pela aprovação”; Conselheiro Pessinatti: “pela aprovação”;  
862 Conselheiro José Geraldo: “pela aprovação”. A senhora Presidente em exercício considerou  
863 aprovado, computando doze votos pela aprovação e duas abstenções. O Conselheiro José Geraldo  
864 prosseguiu: “III – Planejamento Estratégico do CNAS – Gestão 2008-2010. Tendo em vista a  
865 substituição da Conselheira Verônica, será enviada a Conselheira Márcia Pinheiro, as seguintes  
866 atribuições delegadas àquela Conselheira: 3.1.4. Participar do processo de elaboração da  
867 Proposta Orçamentária Anual para a área de assistência social junto ao MDS – Encaminhamento:  
868 A Comissão indica a Conselheira Verônica Pereira Gomes para acompanhar, por parte do CNAS,  
869 o processo de elaboração da Proposta Orçamentária 2010 para a área de Assistência Social,  
870 socializando as informações com a Comissão de Financiamento. Portanto esta ação fica delegada  
871 à atual Conselheira Márcia Pinheiro. 3.3.1. Mobilizar os Conselhos Municipais, Estaduais e DF  
872 para a realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas e  
873 projetos em âmbito municipal – Encaminhamento: A Conselheira Verônica Pereira Gomes  
874 apresentará, na próxima reunião, proposta para mobilizar os Conselhos de Assistência Social,  
875 visando à realização de um diagnóstico da demanda para o financiamento dos serviços, programas  
876 e projetos em âmbito Municipal, Estadual e DF. Portanto também esta tarefa também fica delegada  
877 à atual Conselheira Márcia Pinheiro. Foi relatado sobre o recebimento do Memo/GAB/SNAS/MDS  
878 nº 1.712, de 9/7/2009, em resposta ao memorando dente CNAS que solicitou estudo sobre os custos  
879 dos serviços, programas e projetos do SUAS. A SNAS informou que, em consecução à tipificação,  
880 contratará consultoria para realização dos referidos estudos. Para tnato, contará com recursos  
881 financeiros e cooperação técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Foi  
882 relatado, ainda, o envio de ofícios ao Secretário de Tesouro Nacional (STN) e ao Secretário de  
883 Orçamento Federal (SOF), solicitando audiência para tratar questões afetas ao orçamento da

884 *Assistência Social. Não foi possível a realização destes encontros dentro do prazo do calendário*  
885 *orçamentário. A Comissão de Financiamento sugere o seguinte encaminhamento: - Enviar, por e-*  
886 *mail, a Conselheira Márcia Pinheiro, as atribuições a ela delegada no Planejamento Estratégico.*  
887 *Coordenador da Comissão, Conselheiro José Geraldo França Diniz”. O Conselheiro João Carlos*  
888 *observou que no último parágrafo, a grafia correta era BID. Encaminhamento. A senhora*  
889 *Presidente em exercício colocou o item em discussão, em não havendo, considerou aprovada a*  
890 *proposta do planejamento estratégico, gestão 2008-2010. A Conselheira Maria Dolores solicitou à*  
891 *Comissão que esses relatórios de orçamento fossem encaminhados por e-mail, ao que o Conselheiro*  
892 *José Geraldo, observando que isso seria o ideal, esclareceu a dificuldade em atender essa*  
893 *solicitação, considerando que o documento era recebido em cima da hora, ficando quase impossível*  
894 *se adotar esse procedimento. Encaminhamento. A Conselheira Edna reiterou a recomendação de*  
895 *que fosse estipulado um prazo para que essas informações fossem apresentadas antes da reunião*  
896 *onde seriam apreciados os dados para que pudesse ser repassado a todos os Conselheiros, sendo*  
897 *aprovado esse encaminhamento. Prosseguindo, a senhora Presidente em exercício passou ao Item*  
898 *Relato da Comissão Organizadora da VII Conferência, pelo Conselheiro Pessinatti: “Memória de*  
899 *reunião. Realizada no dia 2 de julho, das 9h às 18h aqui em Brasília, no CNAS. Conselheiros*  
900 *presentes: Valdete – Coordenadora; Carlos Ferrari; Clodoaldo; Edivaldo; Heloísa; Edivaldo;*  
901 *Renato Francisco. Ausências justificadas: Charles. Apoio: Cláudia; Liliane; Maria Auxiliadora;*  
902 *Maria das Mercês; Soraya. I – Oficinas. A VII Conferência realizará 24 oficinas conforme*  
903 *programação aprovada em reunião plenária do CNAS em junho de 2009. Essas terão duração de 2*  
904 *horas e têm objetivo de ampliar o debate e suscitar o aprofundamento dos temas, bem como*  
905 *subsidiar os debates e encaminhamentos dos grupos. Considerando os recursos destinados para*  
906 *despesas com colaboradores no Termo de Referência e, ainda, considerando a destinação de tempo*  
907 *significativo para o debate, cada oficina contará com, no máximo, 2 expositores, contrariamente ao*  
908 *que foi em outras Conferências. Encaminhamento: - Este tema será pautado para a próxima*  
909 *reunião da Comissão Organizadora, que será dia 23, próximo. II – Número de participantes desta*  
910 *VII Conferência. A Conferência terá 2000 participantes, conforme Termo de Referência, sendo*  
911 *assim distribuídos: 14209 delegados, 36 natos, 1150 municipais, 146 estaduais e 88 nacionais. 280*  
912 *convidados, 200 observadores, sendo 27 destinados aos Secretários Executivos dos Conselhos*  
913 *Estaduais e 100 colaboradores. Encaminhamentos: - Definir critérios para os delegados nacionais.*  
914 *Isso aqui nós vamos fazer. Esses devem considerar a paridade e que sejam entidades*  
915 *representativas e de âmbito nacional e que tenham ligação direta com a Política da Assistência*  
916 *Social. Essas serão convidadas pelo CNAS (convite oficial). - Apresentar lista de entidades de*  
917 *âmbito nacional e definir critérios para participação dos observadores e convidados. III – Caderno*  
918 *de textos. Até a última reunião da Comissão Organizadora não foi fechado o texto sobre o processo*  
919 *histórico de participação popular no país, nossas cidades, territórios e movimentos. A professora*  
920 *doutora Beatriz Paiva, convidada para escrever o texto Bases para a Garantia do Financiamento*  
921 *da Assistência Social: a Justiça Tributária que Queremos, disponibilizou-se para escrever o texto*  
922 *do subtema 1. Já o subtema 5 será escrito pela professora Gisele Cássia Tavares. Quem*  
923 *acompanhou os e-mails pode ter acompanhado também a construção desses nomes. IV –*  
924 *Credenciamento dos delegados. Considerando a experiência das últimas Conferências sugere-se o*  
925 *credenciamento prévio via sistema online com a inscrição das delegações pelo estado com senha*  
926 *pré-estabelecida no referido sistema. Foi sugerido também consulta ao FONSEAS sobre a*  
927 *possibilidade de dividir responsabilidades no credenciamento, identificação e recebimento dos*  
928 *crachás no próprio estado sob a supervisão do Secretário Executivo do CEAS, para evitar o*  
929 *acúmulo na entrada de 2000 candidatos. Encaminhamento: - Na próxima reunião serão definidas*  
930 *estratégias para execução deste trabalho junto ao FONSEAS e CEAS. V – Logomarca desta*

931 Conferência. A logomarca foi apresentada pela ASCOM e apresentamos para apreciação da  
932 Plenária. VI – Primeiro boletim eletrônico da VII Conferência. O primeiro boletim eletrônico sairá  
933 entre os dias 24 e 30 de julho e apresentarão os seguintes conteúdos. O primeiro boletim, esse  
934 anunciado, editorial da Presidente do CNAS com prazo para o envio à ASCOM, o artigo do  
935 Ministro Patrus, a entrevista com a Presidente do CNAS e Secretária Nacional a ser providenciada  
936 também pela ASCOM e experiência positiva de mobilização a ser identificada pela CNAS e  
937 encaminhada para a ASCOM. - O segundo boletim, julho e agosto. Entrevista com o CONGEMAS,  
938 experiência em mobilização também identificada pela Comissão Organizadora, e o texto  
939 Mobilização dos Usuários, pelo autor Samuel Rodrigues. Texto entregue e será apreciado pela  
940 Comissão no dia 23 de julho. Segundo ele, já entregou. - Terceiro boletim – agosto e setembro.  
941 Entrevista de experiência bem sucedida de mobilização ou cobertura de 3 Conferências de  
942 metrópole, a serem definidas pela Comissão. O texto Mobilização das Entidades deverá ser  
943 encaminhado pelo representante das entidades de assistência social no CNAS até 31 de julho. -  
944 Quarto boletim – setembro e outubro. Entrevista com a Presidente do CNAS sobre o balanço das  
945 Conferências Municipais da Assistência Social, texto Mobilização dos Trabalhadores a ser  
946 encaminhado pela representante dos trabalhadores até 28 de agosto. - Quinto boletim – outubro de  
947 2009. Entrevista com FONSEAS, experiência de mobilização nas Conferências Estaduais. Texto:  
948 Garantias Sócio-Assistenciais, Conselheira Heloísa Maciel. Os outros boletins serão definidos pela  
949 Comissão Organizadora em setembro e outubro, juntamente com a ASCOM/MDS. VII –  
950 Orientações para representação do CNAS nas Conferências. Foi preparada uma apresentação a  
951 ser utilizada pelos Conselheiros que deve ser adaptada conforme o tema da palestra a ser  
952 ministrada e orientações gerais para a participação dos Conselheiros que traz questões que  
953 precisam ser informadas ainda durante a Conferência. A Secretaria Executiva também participará  
954 das Conferências e terá o papel de coordenar junto à organização do evento a coleta de  
955 assinaturas e apoio ao PL 3077/2008, chamado PL SUAS. Considerando a importância de coletar  
956 informações necessárias para realização da VII Conferência será aplicado um questionário junto  
957 aos participantes das Conferências Municipais. Valdete de Barros – Coordenadora da Comissão  
958 da VII Conferência.” **Encaminhamento.** A senhora Presidente em exercício passou à aprovação  
959 ponto por ponto, sendo aprovado o Item Oficinas. Após algumas considerações pelo Conselheiro  
960 Samuel sobre os encaminhamentos a serem pautados na próxima reunião, a alínea A falava em  
961 “definir critérios para os delegados nacionais e que esses devem considerar a paridade e que sejam  
962 entidades representativas”, com o esclarecimento que eram entidades de modo geral, sendo alterada  
963 a redação para “organizações representativas em âmbito nacional”, sendo aprovado, assim como os  
964 os itens três e quatro. Com relação ao item cinco, logomarca da Conferência de Assistência Social,  
965 o Conselheiro Pessinatti esclareceu que esse item já havia sido debatido. O Conselheiro Clodoaldo  
966 comentou ter feito um questionamento via e-mail, encontrando que identificava mais uma  
967 Conferência do CONANDA, que uma Conferência Nacional de Assistência Social, indicando as  
968 alterações e se ainda estava sob apreciação ou se essa proposta era fechada. O Conselheiro  
969 Pessinatti, considerando o pouco tempo disponível, manifestou seu parecer favorável, discorrendo  
970 sobre os elementos apresentados na logomarca, no que foi apoiado pelos Conselheiros José Crus e  
971 Maria Dolores. Não havendo mais nenhuma consideração, a senhora Presidente em exercício  
972 considerou o item da logomarca da VII Conferência Nacional de Assistência Social aprovado pelo  
973 Pleno, devendo ser encaminhado ofício à ASCOM informando essa aprovação. Prosseguindo, citou  
974 os itens 6, Primeiro Boletim Eletrônico da VII Conferência Nacional de Assistência Social, 7,  
975 Orientações para Representação do CNAS nas Conferências, em não havendo nenhuma  
976 consideração, foi considerada aprovada a Memória da Reunião da Comissão Organizadora da VII  
977 Conferência Nacional. Prosseguindo, a senhora Presidente em exercício passou para o Item Relato

978 da Presidência Ampliada, solicitando sua apresentação pelo Conselheiro Pessinatti. Aparteando, a  
979 Secretária-Executiva esclareceu à Plenária que nessa memória, além do que seia apresentado, havia  
980 sido aprovada pela Presidência Ampliada a leitura de alguns itens de pauta da Comissão de Normas  
981 e que constavam na memória separada da Comissão de Normas. O Conselheiro Pessinatti passou a  
982 referir-se ao Calendário de Reuniões Extraordinárias dos GTs e das Comissões: Dia 22/07 –  
983 Reunião do GT Resolução nº 44/2009. Dia 23/07 – Reunião do GT Resolução com o MEC e com a  
984 Saúde, na parte da manhã: reunião da Comissão Organizadora. Dia 27 – Reunião da Comissão de  
985 Financiamento pela manhã; Reunião Conjunta da Coordenação de Conselhos; Reunião  
986 Extraordinária do CNAS em vista do Orçamento 2010, pela manhã haveria Comissão e a tarde  
987 aprovação do Pleno qualificado; nesse mesmo dia, se desse tempo, discussão do tema Tipificação  
988 de Serviços Sócio-Assistenciais. Dia 10/08, GT Habilitação e Reabilitação e 19, 20 e 21, Reuniões  
989 do GT Composição. *“I – Minuta de pauta para a próxima reunião, nos dias 11, 12 e 13 de agosto,  
990 a Reunião Ordinária. Dia 11 as Comissões. Pela manhã de Política, Financiamento e Normas. À  
991 tarde, aprovação da ata anterior desta reunião e depois os informes da Presidência, Secretaria,  
992 CIT, Conselheiros. Das 15h às 18h, debate: Reforma Tributária com o relator do Projeto, Sandro  
993 Mabel e Observatório do CDES. Das 18h às 19h Presidência Ampliada. No dia seguinte 12/08, nós  
994 teremos Câmara de Julgamento, o relato do GT Composição. De 13h às 15h relato da Comissão de  
995 Conselhos. Depois Comissão de Política, depois de Financiamento. No dia 13, Comissão de  
996 Normas, depois o GT da Resolução 44/2009 e o relato da Comissão Organizadora do VII  
997 Conferência, informes sobre o Protocolo de Integração de Serviços e Benefícios da Assistência  
998 Social e, finalmente, o relato da Presidência Ampliada. 2. Solicitação de Pesquisa e Estudo –  
999 conforme o item 9 da Resolução 174/2007 (Manual de Procedimentos do CNAS). As instituições de  
1000 Ensino Superior poderão, para fins de estudos e/ou pesquisas de seus alunos, solicitar à  
1001 Presidência acesso a informações, dados e processos administrativos, fundamentando o pedido e  
1002 definido o período da consulta. A Instituição deverá encaminhar cópia do resultado do estudo ou  
1003 pesquisa para o CNAS, o qual subsidiará o Conselho no desempenho de suas atribuições, bem  
1004 como fazer constar se seu Acervo. 2.1. Pedido de autorização de pesquisa enviado pelo Secretário  
1005 do Pólo de São Sebastião da Universidade Anhanguera, Anderson Cavalcante, para coletar e  
1006 analisar informações sobre a organização da instituição e atuação do CNAS. Cinco estudantes do  
1007 5º semestre do curso de Serviço Social da UNIDERP pretendem coletar e analisar informações  
1008 sobre a organização e atuação deste CNAS, com a finalidade de realizar atividades relativas ao  
1009 Seminário Integrado da unidade didática Sociedade e Cidadania. Encaminhamento: - Autorizadas  
1010 as pesquisas na forma do Manual de Procedimentos. - A Presidência Ampliada sugeriu que os  
1011 estudantes acessem o portal do CNAS para obter informações sobre a organização e atuação deste  
1012 CNAS. Após esta pesquisa, existindo dúvidas, encaminhar as questões para o CNAS. 2.2 Pedido de  
1013 autorização para pesquisa enviado pela Chefe do Departamento de Serviço Social da Universidade  
1014 de Brasília, Rosa Helena Stein, sobre o perfil informacional dos Conselheiros Municipais de  
1015 Assistência Social no CNAS, solicitando: Assinatura de uma carta de apresentação do pesquisador  
1016 Eduardo Augusto Rodrigues Barros e sua pesquisa endereçada a uma amostra de Conselheiros  
1017 Municipais; autorização para uso de mala direta eletrônica do CNAS para envio de um  
1018 questionário a ser preenchido pelos Conselheiros da amostra. Encaminhamento: - A Presidência  
1019 Ampliada autorizou as solicitações, ressaltando que, conforme disposto no Manual de  
1020 Procedimentos do CNAS, o pesquisador deverá encaminhar a este CNAS o resultado de sua  
1021 pesquisa. 2.3. Pedido de autorização para pesquisa enviada pelo Coordenador do curso de pós-  
1022 graduação em Administração da Universidade Federal de Lavras/MG, Dr. Cleber Carvalho  
1023 Castro. O estudante André Aristóteles Rocha Muniz pretende interagir nos diferentes espaços de  
1024 diálogos, capacitações, conferências e deliberações vinculados à Assistência Social durante o*

1025 período compreendido entre o segundo semestre de 2009 e o ano de 2010. Encaminhamento: - A  
1026 Presidência Ampliada deliberou por encaminhar resposta, informando a autorização e comunicado  
1027 que as reuniões plenárias são públicas, logo, o acesso é livre. Quanto à solicitação para participa  
1028 da VII Conferência Nacional de Assistência Social, na qualidade de observador, o pedido será  
1029 encaminhado à Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Assistência Social. Temos  
1030 aquelas vagas destinadas a observadores. 3. Alteração da Resolução nº 44/2009. Considerando a  
1031 Portaria MDS nº 208/2009, considerando a necessidade de estabelecer procedimentos deste  
1032 Conselho para o cumprimento da referida Portaria, bem como a necessidade de prorrogar o prazo  
1033 do GT. Encaminhamento: - A Presidência Ampliada apresenta minuta de resolução em anexo.  
1034 Minuta: A minuta de resolução altera a Resolução 44, que trata da questão da prorrogação. “O  
1035 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, em Reunião Ordinária realizada nos dias 15 e  
1036 16 de julho de 2009, no uso da competência que lhe confere o artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de  
1037 dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS; RESOLVE: Art. 1º - Incluir, no  
1038 Preâmbulo da Resolução nº 44, de 15 de maio de 2009, o texto seguinte: “Considerando a Portaria  
1039 nº 208, de 1º de julho de 2009, do Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à  
1040 Fome, publicada no DOU em 3 de julho de 2009”; Art. 2º - Alterar os artigos 2º e 3º da Resolução  
1041 nº 44, de 15 de maio de 2009, que passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 2º - O GT será  
1042 composto pelos Conselheiros Renato Saidel Coelho e representantes da sociedade civil, e pelos  
1043 Conselheiros Edna Aparecida Alegro e representantes do governo. Art. 3º - IV – definir  
1044 procedimentos para aplicação da Portaria nº 208, de 1º de julho de 2009, do Ministro de Estado do  
1045 Desenvolvimento Social e Combate à Fome.” Art. 3º - Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o  
1046 prazo para a conclusão dos trabalhos do GT instituído pela Resolução nº 44, de 15 de maio de  
1047 2009. Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. 4. Convite para a 2ª  
1048 Reunião do Comitê Executivo e para a 5ª Reunião da Comissão Organizadora da 1ª Conferência  
1049 Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Saúde e Seguridade Social, a realizar-  
1050 se nos dias 20 e 21 de julho de 2009 de 10h às 17h, no Ministério da Saúde. A reunião da 2ª  
1051 Reunião do Comitê Executivo será realizada no dia 20 de julho de 2009 e terá como pauta:  
1052 Apresentação da Logomarca da 1ª Conferência Mundial, proposta e formato da Conferência e dos  
1053 painéis, apresentação de critérios para escolha de 76 delegados nacionais e propostas de  
1054 orientações para as delegações internacionais, organização do Seminário Nacional preparatório  
1055 da 1ª Conferência Mundial e proposta de regimento da Conferência. O CNAS indicou na reunião  
1056 passada a Presidente Valdete de Barros Martins e agora deverá ser a nova Presidente eleita,  
1057 Márcia Pinheiro. A 5ª Reunião da Comissão Organizadora será no dia 21 de julho de 2009 e terá  
1058 como pauta: Apresentação da Logomarca da 1ª Conferência Mundial, informe da articulação dos  
1059 Ministérios participantes da Conferência Mundial sobre o desenvolvimento de sistemas universais  
1060 de seguridade social e saúde, informe do financiamento da 1ª Conferência Mundial, apresentação  
1061 de critérios de escolha dos 76 delegados nacionais e propostas de orientações para delegações  
1062 internacionais, apresentação de proposto de formato da conferência, apresentação da proposta de  
1063 regimento da conferência. O CNAS indicou o Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite.  
1064 Encaminhamento: - Informar à Secretara Executiva do Conselho Nacional de Saúde sobre a  
1065 impossibilidade de comparecimento nestas reuniões, respectivamente, da Presidente e do  
1066 Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite, tendo em vista compromissos profissionais  
1067 previamente agendados para a mesma data. - Solicitar calendário das reuniões da Comissão  
1068 Organizadora e do Comitê Executivo. 5. Informe sobre os cursos oferecidos pelo Instituto Polis –  
1069 Escola de Cidadania. Cursos para Formação de Lideranças: Cursos: - Como intervir na Política  
1070 Municipal de Cultura. Orçamento Público como investimento de pressão e controle social; - Como  
1071 o PPA interfere nas políticas públicas? - Participação Popular para efetivação do Pacto pela



1072 *Saúde. Seminários: - As políticas de direitos e controle social em São Paulo; - Horizontes e dilemas*  
1073 *dos movimentos sociais no cenário da crise; - Políticas Sociais, Estado e Desenvolvimento; -*  
1074 *Políticas Públicas contra violência de gênero e raça; Fortalecimento de Organizações: - Oficina:*  
1075 *Organização e funcionamento de entidades; - Oficina: Organização de reuniões; - Seminário:*  
1076 *Entidades, Associações e Organizações: discutindo a sustentabilidade; - Oficina: Conflitos e*  
1077 *negociação. Além desses, o Instituto oferece cursos para Formação de Educadores, de Gestão*  
1078 *Pública Participativa e de Produção e Consumos Sustentáveis. 6. Indicação para as Conferências*  
1079 *das capitais: São Paulo: dias 22 e 23 de julho (Conselheira Márcia Pinheiro); Campo Grande:*  
1080 *dias 29 e 30 de julho; Recife: dias 29, 30 e 31 de julho (Conselheira Márcia Pinheiro); Aracaju:*  
1081 *dias 30 e 31 de julho (Conselheiro Renato Francisco de Paula); Teresina: dias 05, 05 e 07 de*  
1082 *agosto (Conselheira Valdete); Belém: dia 7 de agosto.” A senhora Presidente em exercício*  
1083 *esclareceu que o horário de 15h às 18h do debate na proposta da Presidência Ampliada, seria*  
1084 *reservado aos convidados, com apresentação da Receita Federal do Brasil, o relator do Projeto,*  
1085 *Sandro Mabel e outra pessoal do observatório, para discutir a reforma tributária. O Conselheiro*  
1086 *Ferrari informou ter sido discutido na Comissão de Conselhos sobre uma data para discussão do*  
1087 *Plano de Ação. **Encaminhamento.** A senhora Presidente em exercício sugeriu que os Membros da*  
1088 *Comissão de Conselhos analisassem e indicassem uma data, enquanto votavam essa memória. Item*  
1089 *1, Item 2, 2.1, o 2.1 e 2.3 sendo aprovados. Com relação ao Item 3, alteração da Resolução nº*  
1090 *44/2009, Portaria MDS nº 208/2009, o Conselheiro Pasquini observou o Conselho Nacional, “em*  
1091 *reunião realizada nos dias 14, 15 e 16”. A Secretária-Executiva lembrou a sugestão do GT*  
1092 *Composição de inclusão de mais dois Conselheiros, um da Sociedade Civil e um do Governo, sendo*  
1093 *necessária essa indicação para poder publicar. A Conselheira Edna, considerando o grande volume*  
1094 *de trabalho, solicitou mais dois integrantes nesse GT, informando a realização de reunião nos dias*  
1095 *22 e 23 de julho, com o CONGEMAS indicando o Conselheiro Charles, com o Conselheiro Geraldo*  
1096 *substituindo Renato Saidel, e o Conselheiro Josenir se candidatando a participar nos outros*  
1097 *momentos, indicado pela Sociedade Civil. Na sequência, foram aprovados os Itens quatro, cinco,*  
1098 *seis. Com relação ao item seis, Indicação para as Conferências das capitais, a senhora Presidente em*  
1099 *exercício indicou seu nome para Campo Grande, restando consultar o Conselheiro Edval para*  
1100 *Belém. **Encaminhamento.** A senhora Presidente em exercício considerou aprovada a pauta da*  
1101 *reunião da Presidência Ampliada. Com relação à data solicitada pelo Conselheiro Carlos Ferrari*  
1102 *para o Plano de Ação, e após algumas colocações, a senhora Presidente em exercício observou que*  
1103 *seriam feitas propostas de datas por e-mail, citando o dia 4 de agosto. A Conselheira Edna explicou*  
1104 *que, antes do relato da Comissão de Normas, na Câmara de Julgamento 2 havia um processo*  
1105 *retirado em junho e novamente em julho, sendo que, de acordo com o Regimento, teria que ser*  
1106 *redistribuído, o que poderia ser feito para qualquer um dos Conselhos e não só para a Câmara, por*  
1107 *ser de responsabilidade de todos. A Secretária-Executiva informou que, apesar de não constar no*  
1108 *registro, na Presidência Ampliada havia sido aprovada, por encaminhamento da Comissão de*  
1109 *Política, a prorrogação por mais 60 dias, por igual período, do GT da Habilitação e Reabilitação.*  
1110 *Esclareceu que já estava registrado pela Secretaria-Executiva para fazer a publicação da Resolução*  
1111 *prorrogando o GT, não havendo alteração e com a mesma composição. Registrou que, de acordo*  
1112 *com o Regimento, depois que era eleita a Mesa Diretora, com Presidência e Vice-Presidência, na*  
1113 *próxima reunião das Comissões um dos pontos de pauta obrigatório era a recondução/eleição dos*  
1114 *Coordenadores das Comissões. Ato contínuo, a Conselheira Edna procedeu à leitura da “*Memória**  
1115 **da Reunião da Comissão de Normas. Data: 14 de julho de 2009. Horário: das 14h às 18h. Local:**  
1116 **Sala 111 do CNAS. Conselheiros titulares ou na titularidade presentes: Edna Aparecido Alegro;**  
1117 **Maria Dolores da Cunha Pinto; Carlos Eduardo Ferrari; Fátima Aparecida Rampin; Josenir**  
1118 **Teixeira; Conselheiros suplentes presentes: Antônio Celso Pasquini; Clodoaldo de Lima Leite.**

1119 Ausência justificada de Conselheiros titulares: Mizael; Renato Francisco dos Santos Paula;  
1120 Rosemeire. Ausência justificada de Conselheiros suplentes: Mauro César Nogueira do Nascimento.  
1121 Ausência de Conselheiro: Maurício Sarda Daria. Convidados CONJUR/MDS: William Anderson  
1122 Olivindo. Apoio: Ariane de Almeida; Christianne Camargo Menezes; Cláudia Sabóia; Guilherme  
1123 Antônio. Realizada a conferência do quorum e constatado haver número suficiente de conselheiros,  
1124 deu-se início à reunião. Passamos aos informes da Secretaria Executiva, que apresentou o  
1125 quantitativo de processos atualmente em estoque no CNAS até a data de 2 de julho, sendo assunto  
1126 concessão e reconsideração, 1056; registro ou reconsideração de registro, 2058; registro e  
1127 certificado ou reconsideração de registro ou certificado, 134; renovação e reconsideração em  
1128 renovação, 230; representação, 86; PROUNI, 27; totalizando 3591. Com relação aos pedidos de  
1129 renovação do Certificado anteriores à MP nº 446/2008 que não foram objeto de publicação, foram  
1130 identificados no Sistema 294 processos cadastrados como “sem decisão”. A essa listagem, forma  
1131 acrescentados 22 processos, totalizando 316 processos. Destes, foram localizados, até o dia  
1132 14/07/2009, 157 processos. Esses processos estão sendo individualmente verificados para  
1133 identificação da situação de cada um deles e dos procedimentos que serão adotados. Os  
1134 procedimentos adotados são aqueles procedimentos que já foram definidos pelo GT e referendados  
1135 pela Plenária com relação aos processos lá da Medida Provisória. Então tudo o que tem que fazer  
1136 lá de verificar folha, o inventário completo do processo, ver se ter documento no protocolo e juntar  
1137 no processo tudo isso e fazer o despacho adequado. Então tudo isso que foi feito com aqueles  
1138 também serão feitos com estes. E depois disso tudo, conforme orientação da Consultoria Jurídica,  
1139 será feita a publicação deles nos mesmos moldes das publicações que foram feitas durante a  
1140 vigência da Medida Provisória. Restam, portanto, 159 processos para serem localizados e  
1141 saneados. Frisando que caso algum não seja localizado tem aquela rotina para que seja feita a  
1142 reconstrução e sindicância para apurar o ocorrido. Encaminhamento: Estender por mais 60 dias o  
1143 prazo conferido à Secretaria Executiva para adoção dos procedimentos. Porque foi aprovado na  
1144 última Plenária que a Secretaria Executiva teria 30 dias para concluir essa tarefa e ela apresentou  
1145 as informações e solicitou um prazo de 60 dias para concluir essa tarefa, o que nós concordamos.  
1146 2. Assunto: Parecer nº 536/2009-CJ/MDS e Parecer PGFN/CAT nº 766/2009. Esse Parecer 766 já  
1147 foi notificado aqui, já foi tratado aqui que é da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que  
1148 trata sobre a manifestação sobre importação que estávamos fazendo e que a PGFN demonstrou e  
1149 definiu que não é mais competência, não é da competência deste Conselho esta manifestação,  
1150 citando, inclusive, toda a legislação pertinente e a consultoria Jurídica do MDS acatou esta  
1151 orientação tendo em vista que quem fala por matéria tributária é a PGFN, a Consultoria do  
1152 Ministério do Desenvolvimento acatou o entendimento deste parecer, lavrada neste parecer e  
1153 concordando que este Conselho não tem a competência para julgar ou para se manifestar em  
1154 processos de manifestação sobre a natureza do bem a ser importado e a qualidade de entidade.  
1155 Portanto, como nós já tínhamos suspenso por uma reunião o julgamento de processos, nós temos  
1156 em definitivo, nenhum processo mais será colocado em julgamento. Só que ontem tivemos alguns  
1157 encaminhamentos, está na degravação e hoje nós vamos propor encaminhamentos diferentes. Por  
1158 quê? E eu já até conversei com o pessoal da própria Comissão, nós lá entendemos que deveríamos  
1159 fazer uma reunião com a PGFN, com a Secretaria da Receita Federal para saber como ficaria isso.  
1160 Mas obtive a resposta através do doutor Lázaro no final da reunião, quando já tínhamos encerrado  
1161 os trabalhos da reunião e ele já me passou as informações relativas à Secretaria da Receita  
1162 Federal. Então nós já não precisamos mais, consideramos desnecessária essa reunião, já temos as  
1163 informações e então agora seria manter suspensa definitivamente, em definitivo o julgamento de  
1164 processos neste Conselho, suspender o protocolo desses processos neste Conselho, orientar através  
1165 da página do Conselho. É, manifestação. Julgamento sobre manifestação. Providenciar para

1166 *inclusão na página do Conselho. Eu sei que tenho o texto aqui, inclusive colocando lá esta parte do*  
1167 *artigo do Decreto nº 6759, de 5 de fevereiro de 2009, que diz “a isenção às importações realizadas*  
1168 *pelos partidos políticos e instituições educacionais e de assistência social será aplicada somente às*  
1169 *entidades que atendam as seguintes condições”, então ele elenca as condições e no inciso V ele diz*  
1170 *“compatibilidade da natureza, da qualidade e da quantidade dos bens às finalidades essenciais do*  
1171 *importador”. Constituição, artigo 150, inciso VI, alínea c) e parágrafo 4º, e Lei 5.172/1966, art. 9º,*  
1172 *inciso IV, alínea c), com a redação dada pela Lei Complementar nº 104/2001, artigos 1º, 4º,*  
1173 *parágrafo II do 14º. Então o que a entidade tem que comprovar entre outras coisas é a*  
1174 *compatibilidade da natureza, da qualidade e da quantidade dos bens à sua finalidade. E no artigo*  
1175 *2º, no parágrafo 2º do Art. 141 diz “a informação à autoridade aduaneira sobre a observância do*  
1176 *inciso V do caput, relativamente aos bens importados compete: I – ao Ministério da Saúde em se*  
1177 *tratando de material médico hospital; II – ao Ministério da Educação se a importação for efetuada*  
1178 *por instituição de ensino, e; III – ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome se a*  
1179 *importação for efetuada por instituição de Assistência Social”. Foi concluído que não era mais de*  
1180 *competência do Conselho a manifestação, sendo atribuída atualmente, por força de Decreto, aos*  
1181 *Ministérios respectivos, conforme a área de atuação, esclarecendo as informações transmitidas pelo*  
1182 *Dr. Lázaro, da Receita Federal do Brasil: primeiro a entidade deveria procurar o Ministério para a*  
1183 *certidão relativa a essa compatibilidade, dirigindo-se à Delegacia Aduaneira onde o bem seria*  
1184 *recebido, fosse doação ou aquisição, considerando que a importação poderia ser com ou sem custo.*  
1185 *Que havia que registrar que o Parecer 536 da CJ/MDS determinava ou sugeria que todos os*  
1186 *processos no CNAS fossem encaminhados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, o que*  
1187 *entendiam inadequado, tendo em vista que essa manifestação de compatibilidade não era feita por*  
1188 *esse órgão. **Encaminhamento.** Indagou se todos os processos existentes no Conselho e que já*  
1189 *estavam protocolados seriam devolvidos para as entidades ou se arquivava de ofício tendo em vista*  
1190 *essa alteração, ficando no SICNAS, podendo até registrar que de forma divergente do que havia*  
1191 *sugerido pela Consultoria. Prosseguindo, a Conselheira Edna passou ao terceiro assunto: “Portaria*  
1192 *MDS nº 208/2009. Síntese: Determina procedimentos para análise da documentação e emissão de*  
1193 *parecer técnico nos processos de concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de*  
1194 *Assistência Social. Encaminhamentos: - Incluir na Resolução nº 44/2009, dentre as competências*  
1195 *do GT, inclusive já foi feita. Já foi feita na Presidência Ampliada, já foi apresentada a Resolução. -*  
1196 *Elaborar consulta à CONJUR sobre os procedimentos a serem adotados pelo CNAS com vistas à*  
1197 *execução da Portaria nº 208/2009, indagando, entre outras questões. Mas isso aqui seria o próprio*  
1198 *GT, a partir do GT e não mais da Comissão. Falta: recomendar ao GT a elaboração da consulta.”*  
1199 *Indagou se o CNAS poderia estipular prazos para órgãos públicos mencionados na Portaria e quais*  
1200 *seriam esses prazos, sendo essas as indagações que deveriam se incluídas para serem feitas à*  
1201 *Consultoria Jurídica em razão da Portaria 208. Prosseguindo, a senhora Presidente em exercício*  
1202 *passou ao ponto 1, Informes da Secretaria Executiva, sendo aprovado. Com relação ao item dois,*  
1203 *Parecer nº 536/2009-CJ/MDS e Parecer PGFN/CAT nº 766/2009, o Conselheiro Pessinatti indagou*  
1204 *o que havia sido resolvido a respeito do encaminhamento dos processos já protocolados no CNAS*  
1205 *sobre a manifestação de isenção. A Conselheira Edna esclareceu que a Consultoria, além de aceitar*  
1206 *o entendimento do Parecer da PGFN, havia dito que os processos fossem encaminhados para a*  
1207 *Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo entendido como inadequada essa sugestão, não sendo*  
1208 *acatada, com o documento sendo arquivado e comunicado à entidade, conforme o*  
1209 ***encaminhamento** “orientar as entidades através da página do CNAS incluindo, inclusive, o texto*  
1210 *do artigo 141 do Decreto 6759, de 5 de fevereiro de 2009, que os pedidos relativos à declaração de*  
1211 *compatibilidade da natureza, da qualidade e da quantidade dos bens às finalidades essenciais do*  
1212 *importador deve ser requerida no Ministério da área de atuação, educação, no Ministério da*

1213 Educação, saúde, no Ministério da Saúde, Assistência Social, no Ministério do Desenvolvimento  
1214 Social e Combate à Fome”, com essas informações constando no ofício que seria encaminhado à  
1215 todas as entidades que tivessem o seu processo arquivado por esse motivo, com esse  
1216 encaminhamento sendo aprovado. Item três. Assunto: Portaria MDS nº 208/2009. Com relação a  
1217 esse item, a Secretária-Executiva propôs à Plenária, que no dia 22, que era a próxima reunião do GT  
1218 no período da manhã, acontecesse uma reunião do GT de trabalho interno para elaborar essas  
1219 questões por serem urgentes e, à tarde o GT tinha uma agenda de conversas com o órgão, assim  
1220 como no dia 23. A Conselheira Edna colocou que poderia ser no horário de 10h às 12h, lembrando  
1221 que a reunião com a Receita Federal do Brasil era das 13h às 18h, com a presença do Ministério da  
1222 Justiça e demais convidados. A senhora Presidente em exercício, indagando se havia mais algum  
1223 questionamento, considerou aprovada a Memória da Reunião da Comissão de Normas. Informou  
1224 aos Conselheiros que compunham a Comissão de Conselhos que a reunião havia ficado agendada  
1225 para o dia 4 de agosto, de 10h às 17h. Prosseguindo, referiu-se à moção aprovada no dia anterior, de  
1226 reconhecimento pelo trabalho da ex-Presidente Conselheira Valdete e ao ex-Vice-Presidente  
1227 Conselheiro Pessinatti, com a Conselheira Heloísa Mesquita solicitando que fosse o primeiro ato  
1228 assinado pela atual Presidência. Que se sugeria seu encaminhamento à Presidência Ampliada para  
1229 confeção do texto e se votar na reunião de agosto, sendo aprovado pelo Pleno. Continuando referiu-  
1230 se ao manifesto assinado no dia anterior pelos Conselheiros Suplentes e encaminhado à Presidência.  
1231 **Encaminhamento.** Após diversas ponderações pelos Conselheiros, ficou consensuado que o  
1232 assunto seria apresentado à Presidência Ampliada e posteriormente à Plenária em agosto. A senhora  
1233 Presidente em exercício passou ao item sobre apresentação e discussão de procedimentos de  
1234 recebimento e tratamento de denúncias no âmbito do CNAS. Encaminhamento. A Conselheira  
1235 Edna sugeriu que o tema fosse incluído na pauta de setembro, considerando a relevância do tema e a  
1236 necessidade de pelo menos duas horas de debate, sendo aprovado pelos Membros presentes, com a  
1237 ressalva da Conselheira Maria Dolores que fosse apresentado nesse momento. A senhora Presidente  
1238 em exercício passou ao sorteio de processo, com a Conselheira Edna relatando o processo a ser  
1239 redistribuído da Associação Pão da Vida de Assistência Social de Igarassu, Pernambuco, para o  
1240 Conselheiro Ferrari. Antes de encerrar a reunião, a senhora Presidente em exercício passou a  
1241 palavra para a Conselheira Edna que solicitou que o assunto debatido no período da manhã sobre a  
1242 crise, fosse trazido em outro momento para discussão pelos Conselheiros, assim como os demais  
1243 assuntos que fossem discutidos, caso contrário, perderiam o seu objetivo. O Conselheiro Clodoaldo,  
1244 com relação à essa colocação, solicitou o recebimento da degravação da reunião, considerando ser  
1245 material de estudo. A Secretária-Executiva, esclareceu que toda reunião era gravada, gravada e  
1246 colocada em ata, com todos os eventos sofrendo esse procedimento. Sugeriu que após a aprovação  
1247 da degravação, além de colocar no site, fosse divulgada para os Conselhos Municipais, a quem esse  
1248 debate havia sido informado, como também para os Conselhos de Direitos. O Conselheiro José  
1249 Geraldo reiterou que o assunto da moção fosse resolvido nessa oportunidade e que seu  
1250 endereçamento fosse mudado, por não ter sido a Presidente do CNAS e sim os Conselheiros  
1251 Titulares que haviam cometido um equívoco, o qual deveria ser reconhecido. A senhora Presidente  
1252 em exercício indagou qual seria o encaminhamento, ao que o Conselheiro Geraldo concordou que o  
1253 assunto fosse discutido nessa oportunidade. Após mais algumas considerações sobre a questão, foi  
1254 colocado pelo Conselheiro José Crus, a necessidade da presença da ex-Presidente nesse debate,  
1255 sendo resolvido na reunião do Governo que a Sociedade Civil seria chamada para o diálogo. O  
1256 Conselheiro Pessinatti ponderou que o assunto já estava vencido, o que constava em gravação,  
1257 estando no seu entendimento ter sido vencido enquanto assunto de pauta, não como questão. A  
1258 Conselheira Edna, referindo-se ao Relato da Comissão de Normas, comunicou aos Conselheiros que  
1259 havia sido sorteados 16 processos de registro, sendo sorteados os Conselheiros Relatores: Renato

1260 Saidel, Geraldo, Frederico, Mizael, Charles, Valdete, Carlos Ferrari, Edna, Maria Dolores,  
1261 Margareth, Renata, Rose Mary, Márcia Pinheiro, Renato de Paula, José Crus e Heloísa.  
1262 **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença de  
1263 todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e depoimentos pelo serviço  
1264 de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte integrante desta Ata,  
1265 aprovada em Reunião de de 2009.